

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

*Playgroups for inclusion: Avaliação da implementação dos Grupos Aprender,
Brincar, Crescer na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa*

Marta Isabel Gonçalves Mendes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores

Orientadora:

Doutora Joana Celeste Dias Alexandre, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora M. Clara Barata, Investigadora Auxiliar
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Outubro, 2016

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

*Playgroups for inclusion: Avaliação da implementação dos Grupos Aprender,
Brincar, Crescer na perspectiva dos cuidadores do distrito de Lisboa*

Marta Isabel Gonçalves Mendes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores

Orientadora:

Doutora Joana Celeste Dias Alexandre, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora M. Clara Barata, Investigadora Auxiliar
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Outubro, 2016

AGRADECIMENTOS

Por esta viagem nem sempre ter sido fácil, por ter tido alguns caminhos mais turbulentos mas ter chegado ao fim, não poderei deixar de agradecer a todos aqueles que, por mais próximos ou distantes que estivessem fizeram parte dela.

À Professora Joana Alexandre por me ter permitido embarcar nesta viagem quando descobri que seria este o caminho e ter embarcado comigo com todo o seu conhecimento, rigor e confiança. Pela motivação dada quando a viagem parecia que não chegaria ao destino.

À Professora Clara Barata por toda a disponibilidade, simpatia, generosidade e confiança em mim. Por partilhar comigo um pouco de todo o seu conhecimento.

A todas as crianças, cuidadores, monitores e supervisora dos Grupos Aprender, Brincar, Crescer que com toda a sua disponibilidade aceitaram participar na investigação e dar o seu contributo para que os GABC se tornem uma realidade futura.

A todas as crianças e famílias da Casa Seis – Associação para o Desenvolvimento Comunitário por todas as aprendizagens ao longo destes anos, pelo carinho com que me recebem e por me terem mostrado que era esta a viagem que eu queria.

À Vanessa Russo por toda a sua disponibilidade, ajuda e partilha de conhecimento.

À Solange por me ter acompanhado, apoiado, confiado e por ter estado sempre disponível para ouvir alegrias e tristezas. Por todos os conselhos dados e por nunca se esquecer que somos eternamente responsáveis por tudo o que cativarmos.

À Carina e à Conceição pela amizade, pela energia que sempre me passaram e pelo alento nos momentos mais difíceis.

Ao André, à Inês e à Vânia por todas as palavras de incentivo e por acreditarem que a viagem chegaria ao destino. Por todas as risadas em conjunto para que o trabalho mais complicado se tornasse mais fácil.

Aos meus pais, António e Isabel pelo apoio, pelo estímulo e pela paciência. À Paula, à Matilde e à Margarida pelos sorrisos e as palavras de incentivo.

RESUMO

A primeira infância é uma das etapas mais importantes do desenvolvimento da criança. Pelo facto de existir ainda uma considerável percentagem de crianças que não se encontra inserida em qualquer equipamento de cuidados e desenvolvimento da primeira infância, foi implementado em cinco distritos o projeto-piloto *Playgroups for inclusions* - Grupos Aprender, Brincar, Crescer (GABC) com o objetivo de fomentar a aprendizagem natural da criança através da brincadeira e promover as interações entre todos os participantes (crianças e adultos). Neste sentido, a presente investigação pretendeu responder à seguinte questão: Quais são as perceções dos cuidadores do distrito de Lisboa, e como se alteram ao longo do tempo, relativamente às dinâmicas e implementação dos GABC?

Pelo exposto, foram realizados, em dois momentos diferentes, seis grupos focais a 13 cuidadores que frequentam os GABC. No geral, os cuidadores mencionam os benefícios obtidos, tais como a melhoria da qualidade das interações e relações, a oportunidade de socialização, e um maior desenvolvimento da criança, assim como um aumento do seu envolvimento ativo ao longo dos GABC atribuindo esse facto à mediação das relações e benéficas qualidades relacionais e profissionais das monitoras. A nível de limitações, os cuidadores referiram os espaços onde decorrem os grupos bem como a falta de familiaridade dos GABC, que se traduziu na fraca adesão aos mesmos.

Juntamente com a informação obtida dos monitores e supervisores, as perceções dos cuidadores contribuem para uma monitorização triangulada da implementação dos GABC, o que irá permitir tecer recomendações para a implementação à escala desta resposta.

Palavras-Chave: primeira infância; avaliação; cuidadores; playgroups.

Classificação: 2900 Processos Sociais e Questões Sociais; 2956 Educação na Infância e Cuidados Infantis.

ABSTRACT

Early childhood is one of the most important stages of child development. Because there is still a considerable share of children not enrolled in early care and development services, the project *Playgroups for inclusions* - Grupos Aprender, Brincar, Crescer (GABC) was implemented in five districts with the goal to instigate children's natural learning through play, and promote the interactions of all participants (children and adults). Accordingly, the current research aims to address the following research question: What are the perceptions of caregivers in the Lisbon district, and how do they change throughout time, regarding the dynamics and implementation of GABC?

To address this question, six focus groups with 13 caregivers participating in GABCs were implemented in two different moments. In general, caregivers mentioned attained benefits, such as improvement in the quality of interactions and relationships, the opportunities to socialize, and an amplified child development; as well as an increase of their active involvement throughout GABC, attributing this fact to the mediation of relationships and beneficial relational and professional qualities of the facilitator. In terms of limitations, the caregivers mentioned the spaces where groups take place as well as the lack of familiarity with GABC, which were reflected in low attendance.

Together with the information collected from facilitators and supervisors, caregivers' perceptions contribute to a triangulated monitoring process of GABC implementation, which will allow for the development of recommendations for the implementation of this service at scale.

Key-words: Early Childhood; Evaluation; Caregivers; Playgroups.

PsycInfo Scientific domains: 2900 Social Processes & Social Issues; 2956 Childrearing & Child Care.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento Teórico	4
1.1 <i>Playgroups</i> e serviços de 1ª infância.....	4
1.1.1 Benefícios dos <i>Playgroups</i>	8
1.1.2 Avaliação dos cuidadores quanto aos <i>Playgroups</i>	10
1.2 Grupos Aprender, Brincar, Crescer ou <i>Playgroups for inclusion</i>	11
1.3 A avaliação de projetos de intervenção comunitária ou em contextos de educação formal e não formal.....	14
1.4 Objetivos da Investigação	16
Capítulo II – Metodologia.....	18
2.1 Participantes e Procedimentos de Recolha de Dados.....	18
2.2 Instrumento de Recolha de Dados.....	22
2.3 Procedimentos de Análise de Dados.....	23
Capítulo III – Resultados.....	27
Capítulo IV – Discussão.....	38
Anexo A.....	45
Consentimento Informado para Cuidadores.....	45
Anexo B.....	46
Guião do Grupo Focal T1.....	46
Anexo C.....	47
Guião do Grupo Focal T2.....	47
Anexo D.....	48
Folha de Notas.....	48
Anexo E.....	50
Dicionário de Categorias	

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 Situação dos Cuidadores Participantes a Nível da Empregabilidade.....	21
Figura 2.2 Tipo de Inscrição dos Cuidadores Participantes nos GABC.....	21
Figura 3.1 Aspetos positivos atribuídos aos GABC (T1).....	28
Figura 3.2 Aspetos positivos atribuídos aos GABC (T2).....	28
Figura 3.3 Aspetos negativos atribuídos aos GABC (T2)	29
Figura 3.4 Expetativas dos participantes cuidadores em relação aos GABC (T1)	30
Figura 3.5 Características das monitoras segundo a avaliação dos participantes (T1)	30
Figura 3.6 Auto-Avaliação dos cuidadores em relação à sua participação (T1).....	32
Figura 3.7 Perceção dos participantes em relação aos Benefícios sentidos pela sua participação nos GABC (T2)	33
Figura 3.8 Características positivas do espaço percecionadas pelos participantes (T1)	34
Figura 3.9 Características negativas do espaço percecionadas pelos participantes (T1).....	35
Figura 3.10 Barreiras na participação das famílias nos Playgroups (T1).....	37
Figura 3.11 Barreiras na participação das famílias nos Playgroups (T2).....	37

GLOSSÁRIO DE SÍLABAS

ACM: Alto Comissariado para as Migrações

APA: *American Psychological Association*

CAD: Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CCP: Centros para Crianças e Pais

DGE: Direção Geral de Educação

FBF: Fundação Bissaya Barreto

FCG: Fundação Calouste Gulbenkian

GABC: Grupos Aprender, Brincar, Crescer

ISCTE: Instituto Universitário de Lisboa

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

UC: Universidade de Coimbra

UNICEF: *United Nations Children's Fund*

INTRODUÇÃO

A primeira infância é um período muito importante no desenvolvimento da criança, desta forma a UNICEF (2008) orienta os estados membros para adotarem medidas que vão ao encontro de uma promoção dos direitos das crianças. O desenvolvimento da criança é uma consequência das aprendizagens desta, das interações que estabelece com outras crianças e adultos e do contexto cultural onde se insere, não é resultado apenas dos contextos formais em que está inserida (Silva, Marques, Mata, & Rosa, 2016).

Neste sentido, têm sido criados em diversos países europeus e não europeus uma resposta não formal que se denomina *playgroups*. Este serviço não formal distingue-se essencialmente das outras respostas por privilegiar uma intervenção em díade, i.e., a criança está acompanhada por um membro da família e/ou cuidador (Oke, Stanley, & Theobald, 2007). Poder-se-á definir os *playgroups* por grupos informais de pais e/ou cuidadores com crianças em idade não escolar que se reúnem com o objetivo de que as crianças aprendam e se desenvolvam através da brincadeira (Milne et al., 2008).

Há uma diversidade de autores que apontam pelos diversos estudos realizados os inúmeros benefícios que os *playgroups* originam nas crianças, cuidadores e comunidade, desde que haja uma participação regular nas sessões (Farrell, A., Tayler, C., & Tennent, L., 2002; French, 2005; Johnston & Sullivan, 2004). Estes benefícios, mencionados na literatura, apresentam-se ao longo do tempo, ou seja, são percecionados pelos participantes não só a curto prazo, mas também a longo prazo.

Neste sentido e de forma a testar e posteriormente divulgar uma nova resposta dirigida à primeira infância, foi implementado em Portugal um projeto piloto denominado de *Playgroups for Inclusion* ou Grupos, Aprender, Brincar, Crescer (GABC). O projeto é financiado pela Comissão Europeia¹ e desenvolvido pelo Ministério da Educação e Ciência, através a Direção Geral de Educação (DGE), em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), a Fundação Bissaya Barreto (FBB), o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, a Universidade de Coimbra (UC) e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), sendo implementado em cinco distritos do país – Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa e Setúbal.

¹ Através do Programa para o Emprego e Solidariedade Social – PROGRESS

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

Os GABC são dirigidos a pais ou cuidadores e crianças (díade) até aos quatro anos de idade, que não se encontram inseridos em equipamentos de infância e consiste na realização de atividades lúdico-pedagógicas de forma gratuita, sendo estas dinamizadas por duas monitoras e uma supervisora. Estes grupos têm como finalidade principal desenvolver a aprendizagem natural da criança através da brincadeira e promover as interações entre todos os participantes (crianças e adultos).

Este estudo enquadra-se no âmbito de uma investigação mais vasta e que pretende monitorizar a implementação e avaliar os impactos do projeto GABC ou *Playgroups for Inclusion*, ou seja, requerendo para tal, a monitorização do seu funcionamento aquando da implementação, e a quantificação da sua utilidade para as famílias participantes, nomeadamente no desenvolvimento das crianças, nas competências dos cuidadores para interagir com estas, bem como na sua inserção socioprofissional e na sua participação na comunidade.

Neste sentido, pretende-se mais concretamente, expor, analisar e relacionar a avaliação que os cuidadores, de três dos grupos existentes realizam dos GABC nos seus diversos componentes (avaliação geral, expectativas, monitoras, autoenvolvimento, mudanças, espaço, clima, e obstáculos à participação).

De forma a responder aos objetivos, realizaram-se no total seis grupos focais com os cuidadores, em dois momentos distintos da implementação do projeto, mais concretamente em três GABC do distrito de Lisboa, sensivelmente no início do projeto (Tempo 1 ou T1 – Dezembro de 2015) e sensivelmente no final do mesmo (Tempos 2 ou T2 – maio de 2016).

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à revisão da literatura, procurando explicitar o que são os *playgroups* e o modo como estes se inserem nos serviços de primeira infância, tendo em consideração os benefícios que estes produzem nas crianças, cuidadores e comunidades enfatizando os estudos que procuram analisar como os cuidadores os avaliam. Neste capítulo, inclui-se ainda os GABC ou *Playgroups for inclusion* dando assim a conhecer o projeto-piloto e maneira como está a ser implementado em cinco distritos. Tendo em conta que, tal como referido, se trata de um projeto piloto no qual se procurou monitorizar a sua implementação e avaliar o seu impacto, torna-se essencial dar a compreender o conceito de avaliação de projetos de intervenção e

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

como esta se pode apresentar sob diferentes formas. Por último, são apresentados os objetivos específicos da investigação.

Por sua vez, no segundo capítulo é apresentada a metodologia, i.e., é feita uma caracterização dos participantes da investigação, bem como são explicados os procedimentos da aplicação dos grupos focais e a forma como foi feita a análise dos dados recolhidos. i.e., apresentação do método. No quarto capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa, segundo os objetivos específicos da mesma e anteriormente referidos. Por fim, no quinto capítulo serão discutidos os resultados apresentados, as limitações da própria investigação e serão dadas sugestões para futuras investigações.

Capítulo I - Enquadramento Teórico

1.1 *Playgroups* e serviços da primeira infância

A área da Primeira Infância ou Educação é ainda bastante controversa na sua definição, mesmo nos diferentes organismos internacionais. Para as autoridades educacionais que se centram essencialmente na questão da educação, o conceito mais correto é o de Educação para a Primeira Infância (*Early Childhood Education – ECE*), contudo, dando também ênfase à questão dos cuidados o termo foi ampliado para o termo Cuidado e Educação na Primeira Infância (*Early Childhood Care and Education – ECCE*).

Independentemente da sua definição, é possível combinar três conceitos chave que a definam, os quais não se desassociam: cuidados, desenvolvimento e educação (Werthein, Braslavsky, Tedesco, Ouane, & Cunha, 2005). Estes autores referem que a nível histórico os Cuidados para a Primeira Infância estiveram associados à assistência social prestada às crianças mais pobres ou com deficiência, enquanto a Educação para a Primeira Infância esteve mais direcionada para as questões da aprendizagem da criança. Por sua vez, o termo Desenvolvimento da Primeira Infância tem-se também propagado e tem o seu enfoque na questão do desenvolvimento físico, social, emocional e cognitivo da criança. O desenvolvimento da criança impõe um processo de aprendizagem, mas o seu crescimento físico necessita também de ser acompanhado por um processo de aprendizagem de qualidade.

A aprendizagem e o crescimento integram o processo de cuidar do desenvolvimento geral da criança. A OCDE (UNICEF, 2008) refere que se está a alterar a forma como as crianças estão a ser educadas, uma vez que os cuidados às crianças pequenas estão a ser prestados predominantemente fora de casa, o que tem ao longo dos anos preocupado e envolvido os Governos e as empresas privadas. Neste sentido, o Comité dos Direitos da Criança, a pedido da UNICEF, elaborou um conjunto de comentários como forma a orientar os Governos a seguirem a Convenção dos Direitos da Criança, e refere no seu 7º comentário geral que a primeira infância é o período primordial no respeito aos direitos da criança, e por esta razão “ (...) os governos são incentivados a trabalhar no sentido do cumprimento dos direitos das crianças mais pequenas através da adoção de políticas, leis, programas, práticas abrangentes, e da formação profissional e investigação.” (UNICEF, 2008, p. 24). Desta forma,

Leal (2013) refere que os Estados Membros assumiram que até 2010 iriam ter “ (...) disponibilidade de estruturas de acolhimento (...) ” (Leal, 2013, p. 9), pois reconheceram a importância do investimento numa primeira infância vivida com qualidade, inclusiva e acessível a todos porque:

“são as interações precoces das crianças com os outros e, particularmente, com a família e com as pessoas que cuidam delas, que estabelecem os padrões das conexões neurais e os equilíbrios químicos que influenciam profundamente o que vamos ser, o que vamos ser capazes de fazer e como vamos reagir ao mundo que nos rodeia.”

(UNICEF, 2008, p. 5).

É necessário também ter-se a perceção que as crianças não se desenvolvem apenas em contextos e estruturas formais. Como referem Silva et al, (2016), o contexto cultural em que a criança vive e viveu, a família em que se insere e concretamente as interações que estabelece com outras crianças e adultos proporcionam-lhes aprendizagens e consequentemente desenvolvimento.

Já se verifica que em Portugal existem diversos serviços que respondem às necessidades das crianças e suas famílias. Segundo o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), estes serviços são definidos como “Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família” (MTSS, 2012, p. 38). Assim sendo, este Ministério é responsável pelas respostas dirigidas às crianças até três anos de idade (i) amas sociais; (ii) creches familiares; (iii) creches; por sua vez cabe ao Ministério da Educação tutelar os equipamentos dirigidos às crianças entre os três anos e a sua entrada na escola (i) estabelecimentos de educação pré-escolar ou jardim-de-infância.

Contudo, existem outros serviços e respostas não formais que pretendem apoiar quer crianças quer as suas famílias, como é o caso dos *playgroups*. Estes são desenvolvidos já há alguns anos em diversos países, tais como a Austrália; Nova Zelândia; Inglaterra, Itália, Espanha, Escócia; Irlanda, Holanda e EUA estão em crescente expansão. Estes *playgroups* apresentam-se sob diversas e variadas formas (Dadich & Spooner, 2008) no que se refere às

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

origens, aos financiamentos e aos objetivos. Contudo, os *playgroups* poderão ser definidos como grupos informais de pais e/ ou cuidadores² com crianças em idade não escolar que se reúnem de modo a permitir que as crianças aprendam e se desenvolvam através da brincadeira (Milne et al., 2008).

Milne et al. (2008) refere que geralmente, os *playgroups* reúnem crianças e cuidadores com uma periodicidade bissemanal em sessões de duas horas, durante o período escolar, em locais diversos, tais como: espaços da comunidade, instituições particulares de solidariedade social, serviços públicos, instituições de cariz religioso ou em casa dos participantes. As sessões dos *playgroups* baseiam-se normalmente numa diversidade de atividades onde interagem cuidadores e crianças, sendo geralmente gratuitas ou de baixo custo (Williams, Berthelsen, Nicholson, & Viviani, 2015; Matthews, Kendall, & Plowman, 2009). Deste modo, os *playgroups* distinguem-se de outros serviços de primeira infância e de outros programas de intervenção porque a criança está acompanhada por um membro da família e/ou cuidador, sendo este responsável pela mesma (Oke et al., 2007).

Assim, Milne et al (2008) aponta quatro modelos de *playgroups*, a saber: (i) *playgroups* comunitários; (ii) *playgroups* apoiados; (iii) *playgroups* apoiados localmente; (iv) *playgroups* de apoio intensivo. Os *playgroups* comunitários diferenciam-se dos restantes por não serem financiados pelo governo, mas autogeridos pelos pais e cuidadores.

Por sua vez, os *playgroups* apoiados são iniciados por um coordenador remunerado e destinam-se a crianças e cuidadores que não têm acesso aos *playgroups* comunitários ou a outros programas de apoio familiar, embora a finalidade seja que no final de 12 meses façam a transição para um serviço comunitário.

No que se refere aos *playgroups* apoiados localmente, estes são também iniciados e geridos por um coordenador remunerado. Diferencia-se no entanto pelo facto de integrarem outros serviços da comunidade e pelo facto de estarem mais direcionados para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Por último, os *playgroups* de apoio intensivo são serviços móveis que vão ao encontro das famílias que, por estarem em situações mais vulneráveis ou em áreas isoladas poderão

² Neste estudo, entende-se por cuidador, a pessoa que acompanha a criança nas sessões dos *playgroups*, independentemente do parentesco entre ambos.

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

demonstrar alguma ineficácia das suas capacidades parentais. Desta forma, fornecem um amplo suporte de ajuda às famílias, através da parceria com uma vasta gama de serviços. Estes *playgroups* visam promover o desenvolvimento positivo na primeira infância e contribuir para o aumento da segurança e do bem-estar das crianças.

Em França, Bélgica, Itália e Japão tem surgido também uma outra resposta, denominada de Centros para Crianças e Pais (CCP), que comparativamente aos serviços tradicionais de primeira infância, se organizam de forma informal, i.e., não têm regras rígidas de acesso, não cobram taxas e realizam-se em espaços pertencentes a outros serviços, pois o seu objetivo central, mais do que satisfazer às necessidades materiais na educação das crianças, pretende apoiar os pais nas suas necessidades psicológicas e sociais (Hoshi-Watanabe, Musatti, Rayna, & Vandebroek, 2015). Estes mesmos autores mostram que os CCP, embora tenham surgido por motivos diferenciados, como a questão do combate à baixa natalidade, a prevenção de doenças psicológicas, a promoção de coesão social ou a promoção da igualdade de oportunidades na educação, mantêm as mesmas características referenciadas anteriormente. Contudo, os CCP estão a evoluir para objetivos e metas mais abrangentes, ou seja, para além da pretensão em melhorar as relações parentais, pretendem também promover as interações entre todos os elementos da comunidade e desta forma aproximar a comunidade aos serviços.

Os CCP têm em comum o facto de surgirem e de serem desenvolvidos por instituições e serviços com experiência com crianças e pais e de serem implementados por profissionais da área da infância.

Hoshi-Watanabe et al. (2015) identificaram através dos estudos efetuados em diversos países alguns dos motivos que estiveram na base da criação dos CCP: (i) demográficas, pelo facto de haver a necessidade de combater a baixa natalidade; (ii) insuficientes serviços de cuidados à criança e desta forma colmatar a necessidade de se criarem espaço que pudessem receber as crianças que se encontrariam apenas em contextos domiciliários; (iii) necessidade de socialização por parte das crianças quer pelo facto de necessitarem interagir com os pares como pela necessidade de se autonomizarem dos cuidadores; (iv) apoio aos pais, na medida em que o seu isolamento e stress podem resultar em frágeis responsabilidades parentais; (v)

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

desenvolvimento da comunidade, pela necessidade de se construírem relações entre os vários elementos da comunidade.

A literatura existente refere que a nível de objetivos, os diversos *playgroups* pretendem melhorar a qualidade das relações interpessoais quer entre as crianças quer entre adultos, assim como reduzir o isolamento social, para que as mudanças possam ter um impacto positivo no desenvolvimento físico, cognitivo, linguístico e socioemocional, tanto quanto no comportamento da criança (Oke et al., 2007; Williams et al., 2015). Plowman (2006) chega mesmo a afirmar que as melhores práticas dos *playgroups* “são os que proporcionam oportunidades para a construção de amizades e apoio social, ajudam as crianças a aprenderem através do jogo (...) proporcionam um ambiente seguro e de apoio na troca de ideias sobre a parentalidade.” (Plowman, 2006, p. 11). Pretende-se que os cuidadores, ao participarem nestes grupos, se tornem mais sensíveis à questão da aprendizagem precoce, permitindo-lhes adquirir estratégias para, em contexto domiciliário, fornecerem ambientes mais estimulantes para as crianças (Rodriguez, et al., 2009).

1.1.1 Benefícios dos *Playgroups*

Há uma diversidade de autores a apontarem múltiplas vantagens na participação regular nos *playgroups*, quer para as crianças, quer para os cuidadores quer para a própria comunidade no geral (Farrell et al, 2002; French, 2005; Johnston & Sullivan, 2004). É de referir no entanto, que a nível de literatura, os CCP ainda são pouco referenciados, uma vez que ainda não se realizaram suficientes avaliações à eficácia da sua intervenção (Hoshi-Watanabe et al., 2015), por esta razão a maior parte da literatura existente sobre monitorização e consequentemente sobre benefícios dos *playgroups* são de origem anglo-saxónica.

Dadich e Spooner (2005) assinala como principais vantagens para as crianças que participam nos *playgroups* o reforço da auto-confiança; o desenvolvimento comportamental e cognitivo; a experiência de uma nova sensação de bem-estar e consequentemente o desenvolvimento de um sentimento de aceitação e de pertença. Por sua vez, Johnston e Sullivan (2004) referem no seu relatório que a participação regular nas sessões permite que as crianças desenvolvam a capacidade de brincar com outras crianças e com brinquedos, i.e., os

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

playgroups ajudam as crianças no seu desenvolvimento social e conseqüentemente preparam-nas para o seu início na escola. A socialização entre pares é de extrema importância, na medida em que desenvolve competências na criança, como a sua capacidade de comunicar e, a longo prazo, a sua capacidade de partilhar e de cooperar (Oke et al., 2007). A variedade de atividades lúdicas (de baixo custo) permite o desenvolvimento e crescimento da criança (Milne et al., 2008).

Segundo, Williams et al. (2015) após a análise de sete estudos experimentais de *playgroups*, o impacto dos diferentes tipos de *playgroups* nas crianças, em geral, está relacionado com a melhoria da linguagem infantil. As atividades lúdicas, para além de promoverem nas crianças o desenvolvimento da linguagem, possibilitam-lhes também desenvolver as suas competências motoras finas e grossas e facilita a sua exposição a experiências sensoriais (Sneddon & Haynes, 2003).

Outros estudos que optaram por utilizar uma metodologia mista ou qualitativa identificaram ainda nos *playgroups* um papel importante, no facto destes apoiarem a criança na sua transição para um equipamento escolar, i.e., prepara-os para uma rotina e para uma nova estrutura, permitindo-lhes assim ter maiores oportunidades e recursos de aprendizagem (Williams et al., 2015). Os mesmos autores, no que concerne aos cuidadores, concluíram ainda, que os *playgroups* facilitam a aprendizagem dos cuidadores sobre o desenvolvimento da criança; adquirem uma maior capacidade de resposta perante a criança; melhoram a qualidade das interações com a mesma; melhoram a qualidade da prestação de cuidados; têm uma perceção mais positiva da parentalidade, promovendo nos cuidadores uma maior autoconfiança, fazendo diminuir o seu stresse e permitindo desenvolver as suas competências parentais. Os *playgroups* permitem ainda aos cuidadores adquirirem um maior conhecimento sobre serviços da comunidade ou disponibilidade dos mesmos para os receber. Embora não existindo muitos estudos que avaliem a ligação entre os participantes dos *playgroups* e as comunidades e a eficácia desta relação, sabe-se que um resultado notório é a melhoria da forma como os participantes dos *playgroups* percebem a escola, ou seja, os cuidadores alteram a visão sobre a escola.

Por sua vez, Oke et al. (2007) mencionam também o facto de os *playgroups* funcionarem como meio para os cuidadores aumentarem as suas redes sociais e facilitar a

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa criação de amizades e, conseqüentemente, diminuir o isolamento e a solidão. Os *playgroups* por vezes são o primeiro contato e envolvimento que os cuidadores têm com a comunidade permitindo-lhes a longo prazo a oportunidade para emprego e formação. (French, 2005)

A literatura refere que existem fatores associados ao programa e aos participantes que podem estar na base da importância dos *playgroups*, assim Oke et al. (2007) apontam como fatores do programa: o custo da participação nas sessões, o horário de funcionamento e o comportamento da equipa; e como fatores dos participantes: serem famílias monoparentais ou famílias isoladas. Estes mesmos autores referem ainda que existem outros fatores que influenciam os cuidadores a preferirem participar nos *playgroups* em detrimento de outros serviços formais dirigidos à primeira infância, como é o caso da vulnerabilidade social, a ocorrência de situações de violência familiar, a pobreza; a pertença a uma minoria cultural ou a posse de sentimentos pessoais de fracasso.

Contudo, existem diversos estudos que identificam variáveis influentes na existência de benefícios para os participantes nos *playgroups*. Eddy (2003) e Johnston e Sullivan (2004) referem que a participação com regularidade nas sessões é muito importante, embora por vezes o facto de as famílias se encontrarem em situações extremamente complexas as façam colocar os *playgroups* em segundo plano. Assim, os mesmos autores identificaram como barreiras à participação nos *playgroups*: os transportes, quer pelo elevado custo, quer pela carência/inexistência destes e em determinadas áreas; a localização dos espaços onde se realizam as sessões; a calendarização das sessões (pelo facto de não poderem satisfazer a disponibilidade de todos) e a confiança e consistência nos monitores. Pelo exposto a cima, existem estudos que indicam que as famílias desfavorecidas são as menos propensas a interessarem-se pelos *playgroups* ou por outros programas de intervenção precoce (Williams et al., 2015).

1.1.2 Avaliação dos cuidadores quanto aos *Playgroups*

Dos diversos estudos realizados aos *playgroups* existentes foi possível perceber qual a avaliação que os cuidadores fazem da experiência de participar nos *playgroups*.

Johnston e Sullivan (2004), das avaliações que realizaram em sete *playgroup* na Austrália e nos quais procuraram saber junto dos cuidadores qual a sua avaliação dos

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa
mesmos, referiram como principais benefícios: a socialização com outros cuidadores, a oportunidade para poderem sair de casa e estarem ocupados com atividades, a aprendizagem de maneiras diferentes de poderem realizar as mesmas coisas, a socialização entre as crianças e a oportunidade das crianças brincarem com brinquedos diferenciados.

Os resultados obtidos junto destes pais são também corroborados por outros autores, como Oke et al. (2007) na sua avaliação a 12 *playgroups* da Austrália, em que os cuidadores relataram os benefícios identificados pela sua participação nos *playgroups*. Estes cuidadores detalharam através do seu relato que a socialização com outros cuidadores também lhes dava a oportunidade de pedirem e darem conselhos entre elas; que os *playgroups* se teriam tornado como “uma rede de família alargada de partilha e apoio” principalmente para os cuidadores imigrantes; puderam aprender sobre como ter acesso a determinados serviços e que as suas relações com os filhos tinham melhorado significativamente, pois teriam aprendido novas formas de estar com os seus filhos. Contudo, neste estudo foi também possível perceber através dos cuidadores que por vezes os *playgroups* são encarados como um meio para os cuidadores imigrantes poderem ter uma aproximação à língua do país de destino e assim adquirem mais rapidamente uma aprendizagem da mesma. Foi ainda mencionado neste estudo, pelos cuidadores, que para eles era extremamente importante existir no *playgroup* um monitor contratado externo à comunidade, pois este contribui para a continuidade e fortalecimento das relações do grupo.

1.2 Grupos Aprender, Brincar, Crescer ou *Playgroups for Inclusion*

Os *Playgroups for Inclusion* ou Grupos Aprender, Brincar, Crescer são um projeto piloto em Portugal, que pretende desenvolver, testar e divulgar uma nova política educacional para a primeira infância em Portugal.

O projeto é financiado pela Comissão Europeia³ e desenvolvido pelo Ministério da Educação e Ciência, através a Direção Geral de Educação (DGE), em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), a Fundação Bissaya Barreto (FBB), o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, a Universidade de Coimbra (UC) e o Alto Comissariado

³ Através do Programa para o Emprego e Solidariedade Social – PROGRESS

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa para as Migrações (ACM), tendo uma duração de 26 meses (janeiro 2015 a fevereiro de 2017) sendo implementado em cinco distritos do país – Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa e Setúbal.

Segundo Miguéns (2016) foi apurado que 14.3% das crianças com idades entre os três e os seis anos não frequentam a educação pré-escolar e que fora dos grandes centros urbanos é difícil o acesso a serviços de qualidade para crianças dos zero aos três anos.

De modo a colmatar estas fragilidades, os GABC são dirigidos a pais ou cuidadores e crianças (díade) até aos quatro anos de idade, que não se encontram inseridos em equipamentos de infância. O projeto consistiu na se realização de atividades lúdico-pedagógicas de forma gratuita, decorre em duas sessões semanais, com duas horas de duração, durante 10 meses, em diversos espaços da comunidade, tais como IPSS, bibliotecas, escolas e são estas dinamizadas por duas monitoras treinadas⁴ e supervisionadas por Educadoras de Infância. Pretendeu-se que os monitores no momento da contratação tivessem um perfil específico: habilidades de comunicação; respeito e empatia pelas crianças e adultos e preferencialmente provenientes ou com conhecimentos da comunidade. Neste sentido, e comparando os GABC aos *playgroups* e CCP, referidos anteriormente, é necessário dizer que a forma como os GABC foram planeados segue uma aproximação aos CCP, na medida em que ambos são executados por profissionais com experiência e/ou treino de trabalho com crianças e pais.

As atividades foram planeadas com o intuito de acompanhar as necessidades e interesses dos diferentes participantes, tendo por base um clima de interação, partilha e cooperação entre pares.

Ambicionou-se que em cada distrito funcionassem 10 grupos compostos por 10 crianças e seus cuidadores (díade), abrangendo assim cerca de 500 crianças. No entanto, num primeiro momento abrangeram-se apenas 416 famílias de 25 GABC a funcionar no total dos cinco distritos.

As entidades parceiras do projeto começaram por apresentar publicamente o projeto às entidades da comunidade, uma vez que, trabalham no terreno e conhecem as necessidades das comunidades; posteriormente foi-lhes solicitado a pré-inscrição de famílias, o

⁴ Os monitores tiveram três momentos de formação: uma formação inicial de 42 horas e ao longo da implementação dos GABC tiveram duas sessões de formação de 21 horas cada.

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

encaminhamento de jovens com perfil adequado para desenvolverem a função de monitores, identificação e partilha de recursos e, de uma forma geral, a divulgação do projeto. Assim, foram recebidas por parte da equipa de monitorização, inscrições de famílias que posteriormente foram contactadas para serem realizadas avaliações às crianças. Do total de inscrições recebidas, a equipa de monitorização optou por selecionar aleatoriamente as famílias que iriam integrar as diferentes fases do projeto, ou seja, a primeira fase que se destinaria ao grupo de intervenção e a segunda fase que se destinará ao grupo de controlo.

A primeira fase projeto iniciou-se entre 15 de outubro de 2015 e novembro 2015. A segunda fase iniciou-se em outubro de 2016 e está a ser realizada com as restantes famílias do conjunto (grupo de famílias de controlo), pretendendo-se que funcionassem com a mesma frequência e com os mesmos monitores e supervisores da fase anterior, mas com uma duração apenas de três meses.

Tal como referido anteriormente, sendo os GABC um projeto-piloto, um dos objetivos do consórcio consistiu em contemplar a monitorização da implementação (ao longo da implementação do projeto com o grupo de intervenção) e de impacto (início e final do projeto). Todavia, tendo em consideração a identificação dos GABC aos CCP, e por existirem algumas falhas na literatura, no que aos benefícios e implementação dos CCP, diz respeito, esta investigação torna-se importante, na medida em que virá trazer mais contributos para melhor se compreender esta resposta informal de cuidados e desenvolvimento da primeira infância.

Estas tarefas estão a ser realizadas por elementos do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e da Universidade de Coimbra. A equipa de monitorização a cargo do ISCTE-IUL pretende, avaliar a fidelidade de implementação dos GABC ao longo dos 10 meses, i.e. avaliar o grau de correspondência entre a intervenção planeada e a intervenção efetivamente realizada; avaliar a dosagem da intervenção; avaliar as adaptações efetuadas na intervenção planeada; avaliar a adesão e responsividade dos participantes, bem como avaliar a qualidade da implementação do projeto.

1.3 A avaliação de projetos de intervenção comunitária ou em contextos de educação formal e não formal

De acordo com o CAD/OCDE existem fundamentalmente dois tipos de avaliação: a avaliação de impacto ou sumativa e a avaliação e a monitorização da implementação ou formativa.

Segundo o CAD/OCDE (1999, p.8), avaliação é definida como:

*“um processo tão sistemático e objetivo quanto possível e que consiste em apreciar um projeto, programa ou política, a sua conceção, execução e resultados. Destina-se a determinar a relevância e o grau de consecução dos objetivos, bem como a eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade em termos de desenvolvimento. Uma avaliação deve fornecer informações credíveis e uteis e, ainda, permitir que as lições aprendidas sejam incorporadas no processo de decisão.”*⁵

Assim, poder-se-á dizer que o sucesso de determinada intervenção está estritamente relacionado com a forma como esta é acompanhada e avaliada. Segundo, Guerra (2000) a avaliação é um elemento-chave da intervenção, pois os projetos de intervenção contêm na sua elaboração um plano de avaliação que é criado em função do desenho do projeto de forma a controlá-lo rigorosamente, ir conhecendo os resultados e os efeitos e quando necessário corrigi-los.

Apesar de se percecionar, pela sua definição, que a avaliação consubstancia um acompanhamento de todo o processo, a literatura diferencia o conceito de acompanhamento do conceito de avaliação. Assim, o Gabinete de Avaliação e Auditoria (2014) refere que o acompanhamento permite ver e descrever o que existe e o que ocorre realmente durante a implementação dos projetos. É um processo contínuo de recolha e análise de informações, que permite identificar desfasamentos entre o planeado no projeto e a implementação do mesmo na realidade. Por sua vez, a avaliação é um processo que possibilita identificar e refletir sobre os efeitos da intervenção. Comparativamente ao acompanhamento, a avaliação ocorre mais esporadicamente e recorre-se das informações e resultados cedidos pelos acompanhamentos. A avaliação recorre a metodologia própria e a informações adicionais,

⁵ <http://www.oecd.org/dac/evaluation/dcdndep/35882773.pdf> (16/10/2016)

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

pois a sua preocupação abarca questões como a relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade do projeto.

O mesmo autor refere que enquanto “ (...) o acompanhamento/ monitorização pode explicar o que está a acontecer, a avaliação permite explicar porque é que isso está a acontecer e, ainda, aprender e partilhar lições importantes” (Auditoria, 2014, p. 10). Desta forma, a avaliação tem como finalidades compreender o maior ou menor sucesso dos projetos, i.e. perceber o que gera bons e maus resultados; prestar contas do projeto e difundir os resultados.

Segundo o mesmo, a avaliação poderá ser classificada segundo: quem avalia; o momento em que ocorre a avaliação (temporalidade); o objeto de avaliação e a função da avaliação. Neste sentido, e segundo a classificação de temporalidade, a avaliação poderá ser: avaliação *ex-ante* (avaliação de diagnóstico) quando é realizada antes da decisão de prosseguir com a implementação e é realizada pelos promotores com vista a analisar a viabilidade social e económica das mesmas; avaliação no percurso (*on going*) que é realizada durante a execução da intervenção com o intuito de dar informação se a intervenção está a ter os resultados desejados, fazendo recomendações se forem necessárias e neste sentido poderá haver uma avaliação formativa de forma a que se perceba precocemente o que está a ser atingido e identificar formas de melhorar o processo de intervenção; a avaliação final que ocorre imediatamente após o final da intervenção e analisa o resultado da intervenção e por fim a avaliação *ex-post* que é realizada após a intervenção ter terminado e algum tempo depois de forma a possibilitar a identificação e a análise dos efeitos, permitindo assim uma análise de impacto e de relação à sua sustentabilidade. Neste último caso é possível também ter uma avaliação sumativa, pois há a preocupação em se identificar resultados e em se perceber na globalidade a importância da intervenção.

Atendendo aos dois tipos de avaliação realizadas nos GABC, a monitorização da implementação ou avaliação formativa e a avaliação de impacto ou sumativa torna-se essencial explicitar cada uma delas. Desta forma, a avaliação formativa monitoriza a implementação do projeto, pois apresenta-se como sendo um tipo de avaliação que decorre durante o percurso de implementação do projeto, i.e., aprecia a execução do projeto durante a sua implementação. Esta avaliação orienta o projeto de forma a aperfeiçoá-lo e a melhorar o seu desempenho, uma vez que. Gomes e Santos (2012), referem que mesmo sendo uma

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

avaliação formativa, esta apresenta-se sob duas vertentes: a descritiva e a de apreciação. A avaliação formativa permite assim, analisar os recursos de forma a garantir a eficiência do projeto (Auditoria, 2014). Por sua vez, a avaliação de impacto ou sumativa preocupa-se com os resultados, quer sejam a curto ou a longo prazo (Auditoria, 2014). Este tipo de avaliação está relacionado com o estudo dos resultados ou os efeitos do projeto, pois avalia se os objetivos foram cumpridos e se os resultados foram os previstos, ou seja, preocupa-se com os resultados que o projeto poderá produzir e o seu impacto na população e comunidade. Assim sendo, este tipo de avaliação indica se o projeto terá qualidade e relaciona os efeitos que este terá com as reais necessidades da população-alvo do projeto. Consequentemente, esta avaliação determina se o projeto deverá ter continuidade ou se pelo contrário deverá terminar (Gomes & Santos, 2012). Esta avaliação permite também perceber a forma e a viabilidade da sustentabilidade do projeto (Auditoria, 2014).

Pelo exposto, estas duas modalidades de avaliação complementam-se, desde que se recorra a elas no adequado momento e de acordo como contexto e a situação (Gomes & Santos, 2012).

1.4 Objetivos da Investigação

O presente estudo visa saber qual a perceção que os cuidadores participantes têm dos GABC, no decurso da sua implementação, bem como do seu próprio envolvimento nos grupos. Tal como referido anteriormente, este objetivo insere-se num objetivo mais geral da equipa de monitorização e de avaliação do projeto, da qual faz parte o ISCTE-IUL (Joana Alexandre) e a Universidade de Coimbra (Maria Clara Barata). Pelo exposto anteriormente, propomos os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender qual a avaliação geral – elementos positivos e negativos – que os cuidadores têm dos GABC;
- b) Perceber quais as expectativas dos cuidadores quanto aos GABC;
- c) Perceber quais as características das monitoras dos GABC que são percecionadas pelos cuidadores;
- d) Percecionar a autoavaliação dos cuidadores ao nível das aprendizagens nos GABC;
- e) Explorar a autoavaliação dos cuidadores ao nível do seu envolvimento nos GABC;

f) Identificar as mudanças percecionadas pelos cuidadores nos GABC ao longo do período de implementação do projeto;

g) Perceber qual a avaliação que os cuidadores fazem do espaço onde se realizam os GABC;

h) Compreender qual a perceção de clima por parte dos cuidadores nos GABC;

i) Identificar obstáculos para a participação das famílias nos GABC.

Neste sentido, o presente estudo pretende identificar benefícios e obstáculos, aspetos positivos e negativos dos GABC pela perspetiva dos cuidadores no contexto português e mais concretamente no distrito de Lisboa. Tal como foi referido anteriormente, tendo os GABC na sua implementação maiores semelhanças com os CCP, e tendo estes ainda uma fraca repercussão na literatura, pretende-se dar um contributo para um maior conhecimento sobre os mesmos.

Em suma, esta tese procura responder à seguinte questão de investigação: Quais são as perceções dos cuidadores do distrito de Lisboa relativamente às dinâmicas e execução dos GABC, ao longo do processo de implementação? Como mudam estas perceções no decorrer de quatro meses de participação?

Capítulo II - Metodologia

Face aos objetivos referidos anteriormente, optou-se por uma abordagem qualitativa, pois segundo diversos autores, esta metodologia é a que melhor permite explicitar as vivências dos indivíduos relativamente a um dado processo (Punch, 1998; Breakwell & Rose, 2000). Esta investigação pretende ser de exemplaridade e não de representatividade numérica (Ruquoy, 1997), na medida em que o que se pretende é conhecer em maior profundidade a opinião e a avaliação dos cuidadores participantes.

Mais concretamente, recorreu-se à metodologia dos grupos de discussão focalizada por ser uma metodologia de recolha de dados que permite comparar a diversidade de experiências dos diversos grupos, facilitam a partilha espontânea de ideias entre os participantes (Krueger & Casey, 2000), tendo-se verificado que se trata de uma metodologia à qual os participantes aderem bem, por comparação com entrevistas individuais. Stewart, Shamdasani, e Rook (2007) referem, ainda, como vantagem desta metodologia, o facto de permitir fornecer dados de um determinado grupo com maior rapidez e com menos custos do que quando se recorre as entrevistas individuais, assim como Gabinete de Avaliação e Auditoria (2014) refere que esta metodologia é particularmente útil na avaliação realizada durante a monitorização.

2.1. Participantes e Procedimento de Recolha de Dados

A equipa de monitorização procedeu à recolha de dados a nível nacional em dois momentos: num primeiro, que ocorreu entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, (sensivelmente um mês após o início dos GABC) e num segundo momento, entre maio e junho de 2016 (sensivelmente um mês antes do *terminus* do projeto). Dos GABC em funcionamento nos cinco distritos foram posteriormente selecionados de forma aleatória, por distrito, um mínimo de dois e um máximo de três GABC, para efeitos de monitorização do processo de implementação do projeto. Assim, dos 25 grupos em funcionamento em dezembro de 2015, foram escolhidos 13. Para efeitos desta tese, dos 13 foram posteriormente escolhidos três GABC, ou seja, optou-se apenas por avaliar os três GABC do distrito de Lisboa. Considera-se assim, que esta seja uma amostra não probabilística, mais concretamente

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

uma amostra por conveniência, pois os mesmos foram selecionados pela vantagem da sua proximidade e não por um critério estatístico.

É importante referir que estes grupos embora sejam homogéneos no sentido da sua constituição para os grupos focais, ou seja, os participantes são todos pais/cuidadores de crianças até aos quatro anos de idade, que não frequentam equipamentos de infância e frequentam os GABC, a nível individual são muito heterogéneos, com dois aspetos a serem considerados: o primeiro é o facto de os participantes dos grupos focalizados serem indivíduos diferentes, o que se pressupõe que tenham histórias de vida distintas, características pessoais diferenciadas, como a idade e nacionalidade; o segundo aspeto relevante é o fato de os participantes terem acedido aos GABC de formas diferenciada, sendo alguns autopropostos e outros encaminhados por parceiros. Isso permitiu que esta triangulação das fontes se apresentasse como sendo um critério de qualidade científica, segundo o que nos refere Coutinho (2008) sobre a qualidade das investigações de metodologia qualitativa.

Antes de se iniciarem os grupos de discussão focalizada, a equipa de monitorização contactou e informou as supervisoras dos GABC em relação aos períodos de condução dessas entrevistas, ajudando assim na distribuição do consentimento informado, tendo este elaborado com base nos princípios éticos da American Psychological Association [APA]. O consentimento informado referia aos participantes que os grupos de discussão focalizada faziam parte do estudo do projeto-piloto GABC, informando-os sobre os objetivos do mesmo, da necessidade dos grupos focais serem gravados, garantindo o anonimato e a confidencialidade. Foi-lhes também explicado que a sua participação seria voluntária (Anexo A). É importante referir que os grupos focais foram realizados nos dias, nos horários e nos espaços onde decorriam as sessões dos GABC e após a confirmação do consentimento dos cuidadores, sendo, em todas as recolhas, dinamizados apenas por uma investigadora.

Os seis grupos focais realizaram-se, no primeiro momento de 5 a 12 de janeiro de 2016 (T1), e no segundo momento (T2) de 11 a 17 de maio de 2016, sendo que num primeiro momento a duração das sessões variou entre 30 a 45 minutos e no segundo momento a sua duração variou entre 45 a 60 minutos. Em ambos os momentos os grupos focais foram gravados integralmente em formato áudio, tal como descrito no consentimento.

Aquando da recolha de dados (T1 e T2) as monitoras apresentaram a investigadora aos cuidadores e foi-lhes explicado que enquanto estivessem na entrevista de grupo as monitoras iriam fazer atividades com as crianças, mas sempre que alguma criança mostrasse interesse em ir ter com o cuidador no decorrer da entrevista, isso seria permitido.

O sistema adotado para a manutenção do anonimato dos participantes foi a criação de um sistema de código numérico. A cada grupo foi atribuído um número e, no ato da inscrição dos participantes nos GABC, a cada cuidador foi atribuído um número sequencial de código, associado ao número do grupo. Assim, toda a recolha e análise de dados foram realizadas com base nestes códigos, o que permitiu seguir todos os participantes do T1 ao T2 tendo por base sempre os mesmos códigos e garantindo o seu anonimato.

Após as sessões, as entrevistas gravadas em formato áudio, foram transcritas, de forma que houvesse um registo fiel dos dados recolhidos, bem como facilitar o processo de preenchimento das folhas de notas, criadas anteriormente, com o objetivo de categorizar as respostas segundo as dimensões pretendidas. Após esta codificação nas folhas de notas, que possibilitou reduzir os dados em bruto que tínhamos recolhido, constituímos o material a analisar na investigação e que posteriormente foi alvo de uma análise de conteúdo.

No que aos participantes diz respeito, no T1 (janeiro, 2016) participaram oito cuidadores pertencentes a três GABC do distrito de Lisboa. Todos os participantes cuidadores eram do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 34 e os 68 ($M = 47.5$ $DP = 14.41$), sendo cinco mães e três avós. No T2 (maio, 2016), participaram na recolha de dados 10 cuidadores, pertencentes aos mesmos GABC citados previamente, sendo que, destes, nove eram do sexo feminino e um do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 25 e os 68 anos ($M = 44.7$ $DP = 14.57$), sendo sete mães, um avô, duas avós.

A amostra total é, assim, constituída por 13 cuidadores ($N = 13$), dos quais 12 são do sexo feminino e um do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 25 e os 68 anos ($M = 43.15$ $DP = 13.09$), sendo que cinco dos cuidadores participantes estiveram presentes em ambos os momentos da realização dos grupos focais. Relativamente ao grau de parentesco, 10 são mães das crianças que participaram nos referidos GABC e três eram avós ($M = 2.69$ $DP = 1.31$). No que se refere à área de residência quatro cuidadores residem no concelho de Sintra e nove em Lisboa, sendo que a nível de nacionalidade 12 cuidadores são

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa portugueses e um tem outra nacionalidade. A nível de habilitações literárias, 12 cuidadores concluíram o ensino secundário e um não concluiu este nível, sendo possível observar na figura 2.1 que a nível de empregabilidade nove participantes cuidadores não se encontram a trabalhar e quatro estão ativos profissionalmente.

Quanto ao agregado familiar, constata-se que 10 crianças que frequentam os GABC não têm irmãos e apenas três crianças têm irmãos, sendo que todos os irmãos têm mais de seis meses de idade.

Situação de Empregabilidade	Participantes
Ativo	4 (30.8%)
Não Ativo	9 (69.2%)

Figura 2.1 *Situação dos Cuidadores Participantes a Nível da Empregabilidade*

Quanto aos rendimentos dos cuidadores, nove cuidadores têm rendimento superior ao salário mínimo e quatro têm rendimentos abaixo do salário mínimo, sendo que um dos cuidadores é beneficiário de apoio social⁶.

Dos 13 cuidadores desta amostra, tal como é possível constatar pela figura 2.2 a maior parte das famílias é autoproposta, ou seja, a inscrição nos GABC foi feita autonomamente sem qualquer participação ou encaminhamento de serviço ou instituição.

Tipo de Inscrição	Participantes
Referenciado por entidades	2 (15.4%)
Autopropostos	11 (84.6%)
Referenciado por outra família	0 (0.0%)

Figura 2.2 *Tipo de Inscrição dos Cuidadores Participantes nos GABC*

⁶ Destes apoios sociais não se incluiu o Rendimento Social de Inserção por existir uma questão diretamente relacionada com o recebimento desta prestação social.

2.2 Instrumento de Recolha de Dados

Para a recolha de dados nos grupos focalizados (T1 e T2) utilizaram-se dois guiões semiestruturados, elaborados para este efeito, divididos em quatro partes: agradecimento aos participantes e explicação da importância da sua participação no estudo; questões relacionadas com as sessões dos grupos; questões relacionadas com os cuidadores e questões relacionadas com a ligação existente entre cuidadores e monitoras. Inicialmente (exceto as questões iniciais), o guião foi construído considerando as dimensões da qualidade referidas por Bertram e Pascal (2009). Optou-se por utilizar como base dos guiões, as dimensões de Bertram e Pascal, por se considerar que estes autores após realizarem diversas investigações em que tiveram em conta não só as opiniões dos educadores, mas também dos pais e das crianças concluíram que para as aprendizagens das crianças seria necessário que estas “estabelecessem boas relações com as pessoas com quem interagem” (Bertram & Pascal, 2009, p. 36), ou seja, os referidos autores dão importância ao “contexto social da aprendizagem e particularmente ao que fazem os educadores para organizar esse contexto” (Bertram & Pascal, 2009, p. 36).

Assim, tivemos em consideração as seguintes dimensões: finalidades e objetivos (p. ex., “Porque decidiu participar nos GABC?”); experiências de aprendizagem (“Digam-nos 1 ou 2 coisas que acham que aprenderam aqui”); estratégias de ensino e aprendizagem (“Acham que os GABC têm trazido mudanças? Quais?”); envolvimento/participação (“Que papéis desempenham nas atividades que são feitas aqui?”); pessoal (“Consideram que as monitoras vão ao encontro das vossas expectativas/ do que estavam a espera que acontecesse”); espaço (“O que acham deste espaço? O que gostam mais? O que mudariam?”); relações e interações (“Na vossa opinião, qual o ambiente que se vive aqui nos GABC”) e adesão (“O que pode acontecer para fazer com que as famílias venham ao GABC”). Todavia, sempre que necessário e consoante os temas abordados pelos participantes, foram feitas novas questões (por exemplo, “Costumam encontrar-se fora do GABC?”) de forma a aprofundar melhor os temas. Morgan (citado por Silva, Veloso, & Keating, 2014) identifica como efeito de recolha de dados o papel ativo que o investigador deverá ter na dinamização da discussão do grupo.

É necessário referir ainda que do T1 para o T2 foram alteradas algumas das questões, i.e., foram acrescentadas e retiradas algumas das questões, tendo em conta que o objetivo era

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

o de desenvolver um guião que também se adequasse ao momento de recolha de dados. Assim sendo, no T1 havia necessidade de questionar os cuidadores participantes sobre a forma como teriam tido conhecimento dos GABC; o motivo da inscrição nos mesmos e as suas expectativas quanto às sessões. Por sua vez no T2 e visto este ter ocorrido aproximadamente no meio da monitorização do projeto, a necessidade passou por conhecer a avaliação geral dos cuidadores quanto aos GABC. É de referir ainda que no T2 os grupos focalizados iniciaram com uma questão de quebra-gelo, sendo que esta não foi considerada no que diz respeito à análise de dados.

2.3 Procedimentos de Análise de Dados

Face aos objetivos, recorreu-se à técnica da análise de conteúdo, uma vez que a mesma possibilita ao investigador “simplificar para potenciar a apreensão e se possível a explicação” (Vala, 2003, p. 105), ou seja, codificam-se os dados, transformando-os de forma a poderem ser usados e a responder à questão de investigação (Berg & Lune, 2012). Para se proceder à análise de conteúdo recorreu-se ao software QSR-NVivo 11.

Segundo Amado (2000), o processo de categorização poderá seguir quatro etapas e embora as descreva seguidamente de forma sequencial, na prática o processo de categorização foi operacionalizado de forma articulada. A primeira etapa é a definição dos objetivos do estudo, que foram apresentados já anteriormente. A segunda etapa diz respeito à construção do quadro de referência teórica relativo aos *playgroups*, tendo sido apresentada no início deste trabalho. A terceira etapa está relacionada com a construção do *corpus* a analisar, que no caso deste estudo, correspondem às transcrições dos grupos focais, (i.e., os documentos analisados foram “provocados”). De forma a determinar a nossa amostra, tivemos em conta a homogeneidade; uma vez que todo o *corpus* de análise se referia aos GABC e foram produzidos através dos grupos focais; e a adequação, na medida que os objetivos do estudo foram tomados em conta à data da construção do guião dos grupos focais.

Por fim, a quarta etapa, diz respeito à codificação propriamente dita, sendo que esta começou por seguir o quadro de referência teórica. Desta forma, baseados nas 10 dimensões da qualidade de Bertram e Pascal (2009) que anteriormente serviram também de base para a construção do guião dos grupos focais, foi criado, num primeiro momento, um sistema de

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

categorias designadas por categorias nucleares (categorias-mãe), a que a literatura refere como sendo um sistema de categorias feito *a priori* (Vala, 2003).

Após a transcrição dos grupos focais e da transferência desta para as dimensões referidas anteriormente e que fizeram parte das folhas de nota, determinou-se que as unidades de registo seriam as proposições (ideias), ou seja, cada frase ou parte da mesma relaciona-se com as categorias pré-definidas ou sugere novas categorias. Contudo, cada frase ou segmento da mesma foi codificada apenas numa subcategoria.

As folhas de notas foram criadas previamente, de forma a categorizar os grupos focais, segundo as dimensões anteriormente estabelecidas (exemplo: conhecimento dos GABC; avaliação dos GABC; finalidades e objetivos; experiências de aprendizagem; relações e interações; participação dos pais; estratégias de aprendizagem; pessoal; benefícios dos GABC; aspetos positivos e negativos dos GABC; custos/barreiras na participação nos GABC; espaço).

Com início da análise dos dados foram emergindo novas categorias e subcategorias. Nesta primeira categorização a análise que fizemos foi bastante detalhada e exaustiva, pois todas as unidades de registo puderam ser inseridas numa subcategoria (Vala, 1986). Como refere Vala (2003), uma categoria pretende ser um termo-chave que transmita claramente o significado do conceito que se pretende apreender. Nesse sentido, o sistema de categorias global, é do tipo misto, ou seja, as categorias foram criadas quer *a priori* quer *a posteriori*, pois segundo Guerra (2006) a metodologia hipotético-dedutiva estabelece as variáveis *a priori* colocando-as no contexto da prova e na metodologia compreensiva as variáveis surgem *a posteriori* num contexto de descoberta. Esta mesma autora refere que “No contexto da prova, a principal função da investigação é a verificação de uma dada teoria. No contexto da descoberta, o investigador procura a formulação de conceitos, teorias ou modelos com base num conjunto de hipóteses que podem surgir quer no decurso, quer no final da investigação” (Guerra, 2006, pp. 22-23).

Durante o período de categorização realizaram-se diversas reuniões com alguns dos elementos da investigação de forma a criar-se um sistema de categorias mais abrangente possível, o que levou a que houvesse necessidade de se criar um dicionário de categorias e subcategorias que definisse de uma forma clara os conceitos-chave, uniformizando os

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

conceitos em todos os grupos focais realizados nos cinco distritos. Desta forma, a maior parte das vezes recorreu-se a palavras e frases referidas pelos participantes cuidadores nos grupos focais. O dicionário de categorias permitiu tornar o processo mais objetivo, ou seja, os investigadores saberiam exatamente qual o significado de cada categoria. Nesta fase foram criadas 11 categorias: aspetos positivos; aspetos negativos; benefícios; clima; características das monitoras; características do espaço; conhecimento dos GABC; custos e barreiras de participação nos GABC; expetativas; finalidades e objetivos; participação dos cuidadores e 48 subcategorias (anexo E).

Destaca-se o facto de que a discussão dos dados com os vários elementos da equipa de monitorização do projeto (revisão por pares /interjuízes), é considerada por Coutinho (2008) como uma garantia da credibilidade da investigação, uma vez que segundo este autor uma investigação de metodologia qualitativa deverá ser pautada por critérios qualidade científica.

Após a categorização dos grupos focais, recorreu-se a uma nova categorização por parte de um outro elemento da equipa de monitorização, i.e., 30% dos dados foram categorizados por um segundo elemento da equipa, sendo o acordo interjuízes de 81% ($k = 0.81$), que segundo Altman (1999) é considerado "*good agreement*".

No T2 de recolha de dados, foram eliminadas categorias-mãe como no caso de: expetativas; finalidades e objetivos e foram agregadas outras categorias-mãe como: aspetos positivos e aspetos negativos que se aglutinaram numa categoria-mãe "avaliação geral". O mesmo aconteceu com as categorias-filhas, i.e., houve necessidade de se agregar categorias e criar novas categorias como no caso da imergência da categoria-filha "clima de aceitação e confiança" e na criação da subcategoria "compreender a diversidade". Desta forma, do T2 emergiram sete categorias: clima; participação dos cuidadores; custos e barreiras na participação nos GABC; características do espaço; características das monitoras; benefícios e avaliação geral e 39 subcategorias.

Após a categorização dos grupos focais do T2 pela investigadora, e à semelhança do T1, os mesmos foram categorizados por um outro elemento da equipa de monitorização, sendo o acordo interjuízes de 74% ($k = 0.74$), que segundo Altman (1999) é considerado "*good agreement*". Desta forma, foi possível calcular a fidelidade intercodificadores, que

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

segundo Coutinho (2008) é considerado um critério de qualidade científica e que garante a credibilidade da investigação.

Capítulo III - Resultados

De seguida serão apresentados os resultados do presente estudo, referentes à perspetiva dos cuidadores sobre a avaliação de implementação dos GABC. Os resultados serão apresentados para cada um dos objetivos estipulados.

3.1 Compreender a avaliação geral – elementos positivos e negativos – que os cuidadores têm dos GABC

Em ambos os momentos os aspetos positivos mais mencionados estão relacionados com as oportunidades de socialização, T1 (UR⁷=7) T2 (UR=8), (“A interação entre as crianças e a partilha entre nós.” – T2); o brincar, T1 (UR= 4) e T2 (UR= 6). No que se refere aos aspetos negativos verifica-se que em ambos os momentos de recolha de dados os cuidadores referem como aspeto negativos as dinâmicas e estruturas dos GABC, T1 (UR=3) e T2 (UR=3), (“Eu pessoalmente gostaria que fossem mais dias...3 dias era o ideal”).

Comparando o T1 e T2 no que se refere aos aspetos positivos mencionados pelos participantes cuidadores, constata-se que contrariamente à avaliação sobre os aspetos negativos, neste caso é no T1 que os participantes referem mais aspetos positivos (Figura 3.1.). No T2 é importante referir dois dos aspetos positivos mais mencionados pelos participantes, por um lado a existência de monitores (UR=6) (“As monitoras têm um papel importante, uma abertura (...) Acho que tem de haver esta abertura, é muito importante o papel das monitoras. Têm um papel muito grande.”); outro dos aspetos está relacionado com as dinâmicas e estruturas dos GABC (UR= 7) (“A mim é a organização que me atrai. Elas têm que entregar calendarizações por mês de antecedência e ao início não tinham”) (Figura 3.2).

⁷ Refere-se a Unidades de Registo

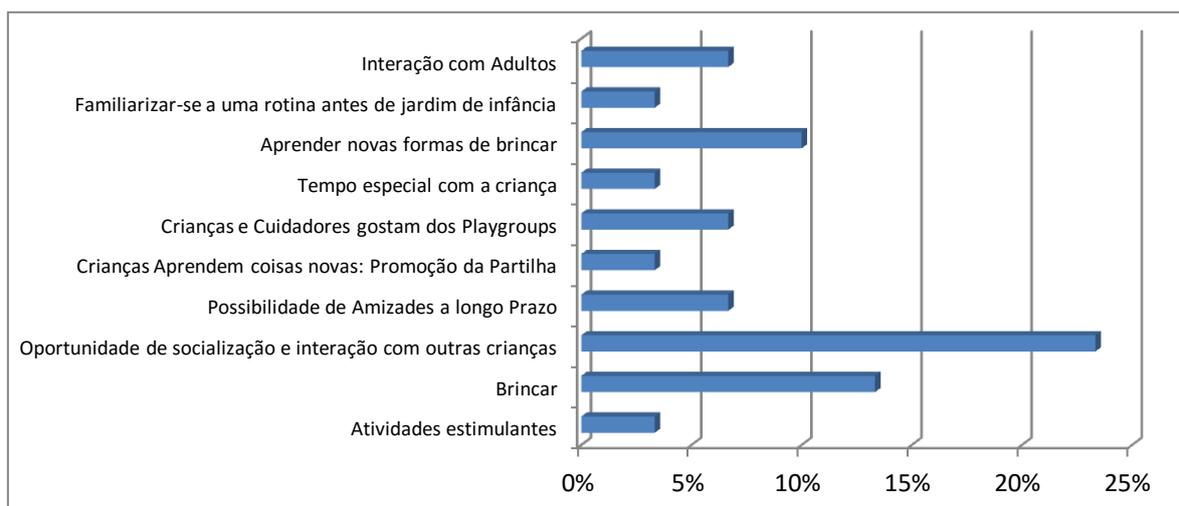


Figura 3.1 *Aspectos positivos atribuídos aos GABC (T1)*

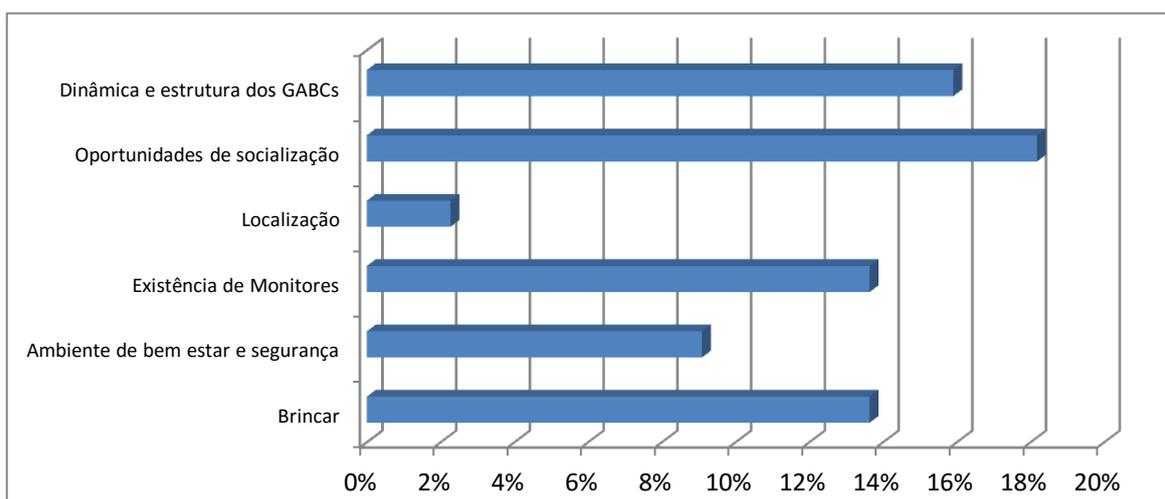


Figura 3.2 *Aspectos positivos atribuídos aos GABC (T2)*

No que diz respeito à avaliação que os cuidadores fazem dos GABC, sobre aos aspetos negativos é possível constatar que no T2 os cuidadores mencionam mais aspetos negativos, e referem pela primeira vez aspetos relacionados com os espaços, sendo que este é o aspeto mais mencionado (Figura 3.3): a não exploração dos espaços exteriores (UR =3) e os espaços interiores (“Espaço é frio, não tem luz natural, reduzida dimensão do espaço”) (UR = 2). Por sua vez, e embora seja pouco expressivo, os cuidadores deixaram de mencionar como aspeto negativo a quantidade de crianças e a sua heterogeneidade de idades (UR=1) e passaram a mencionar o facto de existir uma limitação do número de cuidadores por criança (UR=1) (“O que eu acho menos positivo é que às vezes poderiam dar a oportunidade do outro cuidador poder participar às vezes em algumas atividades.”).

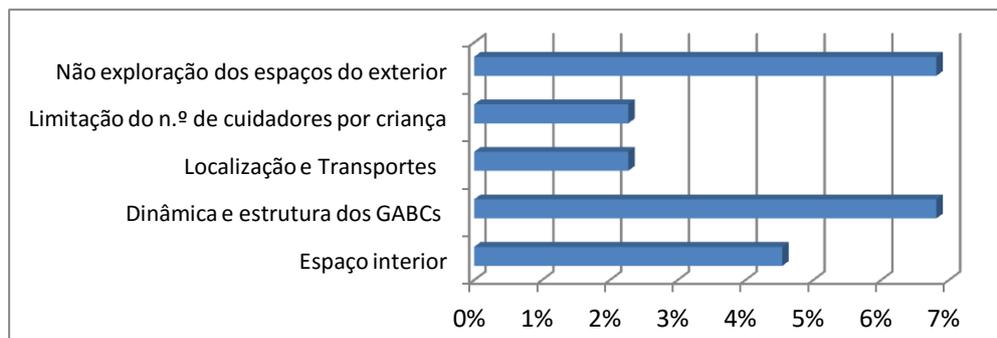


Figura 3.3 *Aspetos negativos atribuídos aos GABC (T2)*

3.2 Perceber quais as expectativas dos cuidadores quanto aos GABC

Tendo em consideração o facto de as expectativas dos cuidadores ter sido avaliada apenas no T1, por se considerar que não faria sentido questionar os cuidadores no T2 sobre estas expectativas, verificou-se que no T1 emerge a ideia de que os cuidadores expectavam por parte dos GABC um espaço com uma grande diversidade de materiais (UR=2), onde se desenvolvessem atividades grupais (UR=2) e com qualidade (UR=2) (Figura 3.4). No geral, percebe-se que os cuidadores esperavam que os GABC fossem um espaço atrativo e com diversos equipamentos (“ (...) estava à espera de uma coisa com muitas cores e com muitos materiais”), e com diversas atividades estruturadas e personalizadas para as crianças (“Ela aqui está a interagir com propósitos porque tem uma direção, não é só brincadeira, eu vejo que é tudo planeado, tudo muito bem estudado foi por isso que eu quis inscreve-la”), de forma a que as crianças pudessem brincar (UR=1) e realizar atividades em grupo. No entanto foi referido também pelos cuidadores que outra expectativa suas dos GABC, e que se poderá assumir como sendo uma característica específica dos GABC, era o facto de estes ensinarem a brincar (UR=1) (“Mas depois fui ler no facebook no projeto que o objetivo é ensiná-los a brincar...o envolvimento do cuidador é muito importante.”).

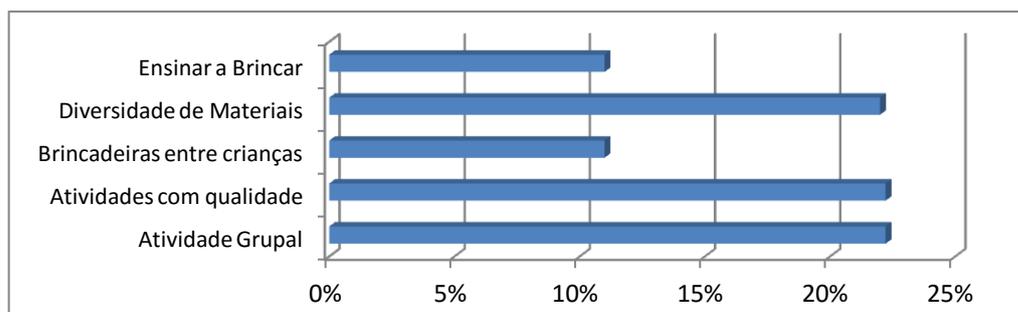


Figura 3.4 *Expectativas dos participantes cuidadores em relação aos GABC (T1)*

3.3 Perceber quais as características das monitoras dos GABC que são percecionadas pelos cuidadores

No que diz respeito à avaliação que os cuidadores fazem das monitoras, de um modo geral, em ambos os momentos de recolha de dados, os cuidadores revelam gostar das monitoras, e percecionam a importância do seu papel no seio dos GABC. Os cuidadores elogiam as monitoras pelo bom relacionamento que estas mantêm quer com as crianças, por serem amáveis e carinhosas, quer com os próprios cuidadores, com quem conversam e dão conselhos; assim como a sua capacidade de organização do espaço, das sessões e de serem as figuras mediadoras do grupo.

No T1, os cuidadores consideram que as monitoras são profissionais e esforçadas (UR=5) (“Elas têm sempre atividades diferentes e a organização da atividade que elas fazem em casa, dá uma trabalhadeira!”), contudo é preciso mencionar também que foram feitas referências às suas capacidades de serem um modelo facilitador de aprendizagens (UR=2) (“Somos muito guiadas pelas monitoras... vamos observando eles a fazerem e interagindo”) (Figura 3.5).

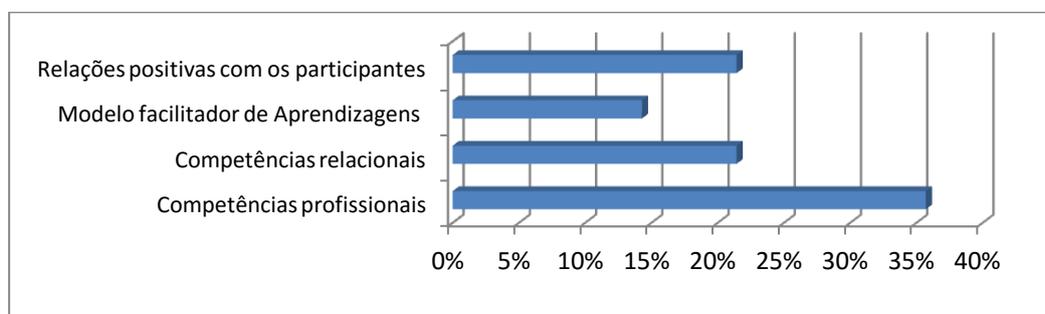


Figura 3.5 *Características das monitoras segundo a avaliação dos participantes (T1)*

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

Por sua vez, no T2 os cuidadores referiram de igual forma as competências profissionais das monitoras (UR=3) (“Têm de programar as atividades todas... já têm o calendário.”) e as suas competências relacionais (UR=3) (“Elas já nos conhecem porque às vezes já nos perguntam se está tudo bem, quando aparecemos com uma cara diferente...num dia em que estamos mais cansadas (...)”).

3.4 Explorar a autoavaliação dos cuidadores ao nível do seu envolvimento nos GABC

No que diz respeito à avaliação que os cuidadores fazem do seu envolvimento nos GABC, de um modo geral, em ambos os momentos de recolha de dados, os cuidadores mencionam a sua participação ativa nas atividades e ao mesmo tempo a observação, ou seja, os cuidadores em ambos os momentos consideram que por um lado participam nas atividades sempre que lhes é solicitado, mas por outro pretendem também assumir um papel de observação.

É possível constatar que ocorreu uma mudança do T1 para o T2 bastante significativa na forma como estes se autoavaliam quanto ao seu envolvimento nas sessões.

No T1 os cuidadores referem que, por um lado participam ativamente nas sessões (UR=5), aderindo às solicitações das monitoras e interagindo com as crianças e por outro preferem assumir um papel mais de observadores (UR=4), pois maioritariamente observam as crianças nas atividades ou as monitoras a interagir com as crianças, dando-lhes espaço para brincarem primeiramente sozinhas, (“Eu fico sempre a ver, mas às vezes elas convencem me a participar”). Alguns cuidadores (UR=2), avaliam ainda a sua participação como sendo de modelagem cuidador -criança, ou seja, o cuidador apenas participa nas atividades quando pretende mostrar e ensinar à criança como fazer alguma atividade, (“ (...) Vou dançar, pego nas massinhas, mostro para ela, tento mostrar para as outras crianças que também estão fazendo.”). (Figura 3.6)

Há que referir no entanto, que os cuidadores explicam por diversas vezes que a sua forma menos ativa de estar nas sessões se deve ao facto de quererem dar maior espaço e autonomia à criança, uma vez que o restante tempo fora das sessões a criança e o cuidador passam bastante tempo sozinhos e os GABC permitem à criança socializar com outros adultos e outras crianças levando assim, a uma aquisição de aprendizagens, (“Nestas atividades, se

possível dou um passo atrás, quando vejo que ele está a interagir com a C. e a V. prefiro estar a assistir para ele ter uma interação com outras pessoas que não são a mãe, e depois se for necessário entro também.”).

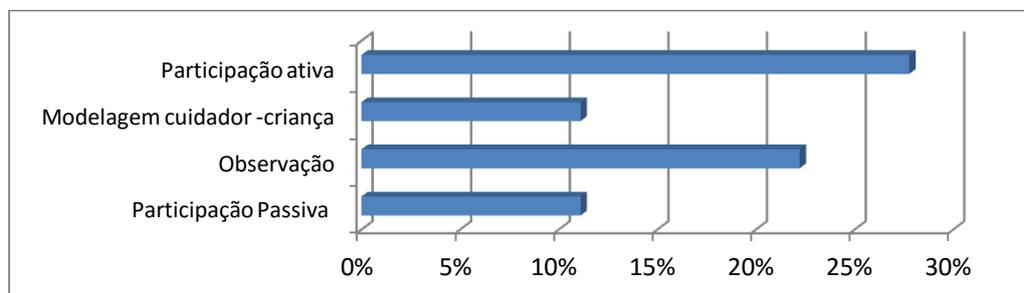


Figura 3.6 Auto-Avaliação dos cuidadores em relação à sua participação (T1)

No T2 constata-se que há mais cuidadores a avaliar a sua participação nos GABC como ativa (UR=6), i.e., trata-se de uma participação, que implica não só estar mas preparar as seções e apresentar propostas de atividades (“Propusemos atividades, que nós próprias tivemos de organizar”). A opção por uma postura de maior observação (UR=3) e de modelagem cuidador-criança (UR=2) deve-se essencialmente ao que foi referido anteriormente sobre a opção dos cuidadores em querer permitir às crianças uma maior autonomia e não por uma opção de não identificação com o grupo ou não vontade de interação (“ (...) mas muitas vezes ela vem-me chamar ou depois há determinadas atividades que eu acho giro estar a fazer com ela, para ela ver os exemplos porque pode não estar a perceber bem o que é suposto fazer. Mas ela depois a ver repete. Há outras vezes que ela não liga muito e eu tenho de a chamar para ver se ela faz mais a atividade.”).

3.5 Identificar as mudanças percecionadas pelos cuidadores nos GABC ao longo do período de implementação do projeto

No que concerne às mudanças que os cuidadores percecionam ao longo da implementação dos GABC, verificou-se através dos grupos focais que os cuidadores na sua maioria apontam o desenvolvimento da criança, ou seja, as crianças mostram um maior desenvolvimento da linguagem, motor e social, bem como em termos de autonomia (“ (...) mas neste convívio deu para perceber que ela até tem um grande grau de timidez. Mas agora

já não...já tem mais autonomia."). No entanto, verifica-se que contrariamente ao T1, no T2 os cuidadores referem como principal mudança a qualidade das interações (UR=8) quer entre crianças quer entre cuidadores ("Pois, nós aqui falamos e tiramos dúvidas umas com as outras. Ajudamo-nos umas às outras porque há vezes a outra mãe já passou por aquela situação e consegue ajudar."). Demonstra assim, que ao longo do período de implementação dos GABC se desenvolvem as relações, tornando-se o principal benefício do projeto, ou seja, os cuidadores afastam-se das suas expectativas iniciais referentes aos GABC e percebem novos benefícios.

Constata-se também do T1 para o T2 que os cuidadores dão maior ênfase ao facto de os GABC lhes permitirem aprender novas atividades com as crianças (Figura 3.7), (T1 UR=2; T2 UR=6) ("Eu o que aprendi mais foram atividades."), uma vez que posteriormente têm a oportunidade de replicar num contexto familiar estas novas aprendizagens; bem como haver uma melhoria do seu bem-estar e redução do stress, (T1 UR=2; T2 UR=4), pois os cuidadores convivem mais com outros participantes, tornando-se um motivo para saírem das suas casas ("Eu tenho sempre vontade de vir. Acho que as pessoas têm cada vez mais").



Figura 3. 7 Percepção dos participantes em relação aos Benefícios sentidos pela sua participação nos GABC (T2)

3.6 Perceber qual a avaliação que os cuidadores fazem do espaço onde se realizam os GABC

Quanto aos espaços onde decorrem os GABC, os cuidadores fizeram uma avaliação diferenciada nos dois momentos dos grupos focais, ou seja, num T1 os cuidadores avaliaram os espaços como sendo positivos (UR=6) e num T2 como negativos (UR=11).

No T1, os participante destacaram como característica mais positiva, o facto destes serem espaços apropriados (UR=2), i.e., com vários espaços internos e com dimensões adequadas, bem como sendo espaços limpos (Figura 3.8). No entanto, é necessário mencionar que anteriormente os cuidadores referiram que as suas expetativas referentes aos espaços seriam que estes tivessem uma grande diversidade de equipamentos e seriam bastante coloridos, assim sendo, neste aspeto poucos cuidadores avaliaram os espaços como sendo estimulantes (UR=1) quer para as crianças quer para os adultos. Da mesma forma, que ao analisarmos o que os cuidadores consideram como características negativas dos espaços, verificamos que significativamente, estes apontam a falta de equipamentos (UR=3) (“Se calhar fazia falta mais equipamentos para as crianças (...”).

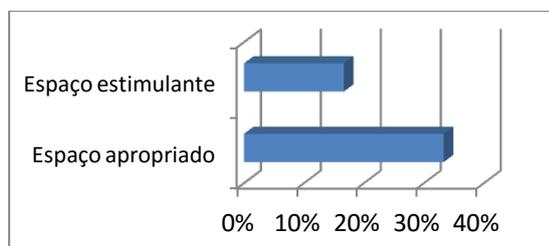


Figura 3.8 Características positivas do espaço percebidas pelos participantes (T1)

Por sua vez, no T2 os cuidadores no que diz respeito às características positivas dos espaços, mencionam de igual forma e não significativamente: a existência de espaços exteriores (UR=1); o facto de serem espaços estimulantes (UR=1) com muito para explorar; serem espaços apropriados (N=1) e serem espaços com determinadas especificidades (UR=1), ou seja, que permitirem ter acesso a determinados equipamentos, objetos (Ex. bibliotecas; espaços lúdicos).

Quanto às características negativas dos espaços que os cuidadores avaliaram no T2 e contrariamente à avaliação no T1, estas estiveram maioritariamente relacionadas com a temperatura dos mesmos (UR=3), (“Esta sala é um pouco húmida”), contudo mantêm como características negativas o facto de existir falta de equipamento (UR=2), (“É bom, mas poderia ter mais brinquedos. É um espaço “frio”) e a dimensão dos espaços (UR=2), (“A sala de quinta-feira que é muito muito pequenina.”) (Figura 3.9).

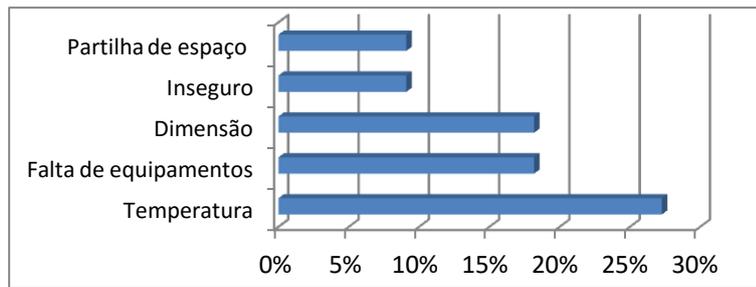


Figura 3.9 Características negativas do espaço percebidas pelos participantes (T2)

3.7 Compreender qual a percepção de clima por parte dos cuidadores nos GABC

No que se refere ao clima vivido nos GABC, i.e., a percepção que os cuidadores têm sobre a forma como os vários participantes (cuidadores, crianças, monitores) se relacionam e interagem no mesmo espaço, é idêntico em ambos os momentos, embora no T2 os participantes tenham referido com maior relevo o clima de aceitação e confiança como se relacionam.

No T1 os cuidadores maioritariamente (UR=6) sentem um clima de aceitação e confiança, ou seja, sentem que são bem aceites por todos, que há liberdade e à vontade quer para as crianças quer para os cuidadores para participarem nas atividades/tarefas que queiram e que gostem, sem que haja uma obrigatoriedade nas suas participações (Eu acho também que há um bom ambiente aqui...Com as outras mães porque a maioria eu não conhecia. Elas estão interagindo bem, as monitoras também nos deixam à vontade e eu considero que é um bom ambiente para mim e para ela.”).

Da mesma forma, no T2 os cuidadores reforçam que nos GABC o clima que se vive é de aceitação e confiança (UR=8) (“Relaxante, as pessoas convivem, falam... falamos de tudo.”). Contudo, neste T2 é mencionado também pelos cuidadores o ambiente divertido (UR=3), i.e., os cuidadores referem que este ambiente bem-disposto e alegre, principalmente no que diz respeito ao relacionamento entre cuidadores (“Festa”); (“A gente às vezes até já se esquece dos miúdos.”); (“Eu também acho que é há cerca de pouco tempo com as atividades para as mães... Para aí 2/3 meses”).

3.8 Identificar obstáculos para a participação das famílias nos GABC

No que concerne aos obstáculos identificados pelos participantes para que as famílias não participem nos GABC, em ambos os momentos de realização dos grupos focais, estes são atribuídos à falta de familiaridade e sensibilização pelos GABC.

Foi possível constatar que no T1 os cuidadores referem que a falta de familiaridade e sensibilização pelos GABC (UR=3) é o maior obstáculo à participação das famílias e que está intrinsecamente relacionado com o desconhecimento que as famílias têm sobre o projeto e pela pouca divulgação que terá sido feita no início do mesmo, (“ (...) a divulgação, a maior parte destas mães estão em casa com as crianças e não chegou a certa gente.”). No entanto, foram também mencionados obstáculos que não se relacionam diretamente com os cuidadores, i.e., estão dependente de terceiros, ou seja, a falta de disponibilidade (UR= 1) em conciliar os horários laborais com os horários dos GABC e a falta de transporte (UR=1) para se deslocarem aos espaços onde as sessões decorrem (Figura 3.10).

Por sua vez, no T2 os cuidadores mencionam novamente como maior obstáculo à participação das famílias a falta de familiaridade e sensibilização pelos GABC (UR= 3), contudo a referência que fazem está mais relacionada com o interesse das outras famílias em quererem partilhar e dedicar algum tempo a um projeto que não conhecem, (“Eu acho que isso tem a ver com falta de interesse porque quando começam neste sentimento de partilha, as pessoas têm mesmo necessidade de vir. Se isso não acontece... talvez porque esse trabalho de grupo que não foi bem conseguido.”) (Figura 3.11). Referem ainda outros obstáculos à participação, e à semelhança do que mencionaram no T1, reforçam a falta de transporte e a localização dos GABC (UR=2), (“Acho que também pode ser por ser longe. Poderia ser como às vezes fazemos que é ir mudando de espaço.”); e a problemas de saúde ou comportamentos das crianças (UR=2), (“Acho que depende dos motivos de cada família. Uns é porque as crianças ficam doentes (...)”). Contudo, este último obstáculo é referido não só para o caso das famílias que abandonaram ou nunca compareceram aos GABC, mas também como motivo para os cuidadores participantes regulamente nos GABC faltarem às sessões.

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

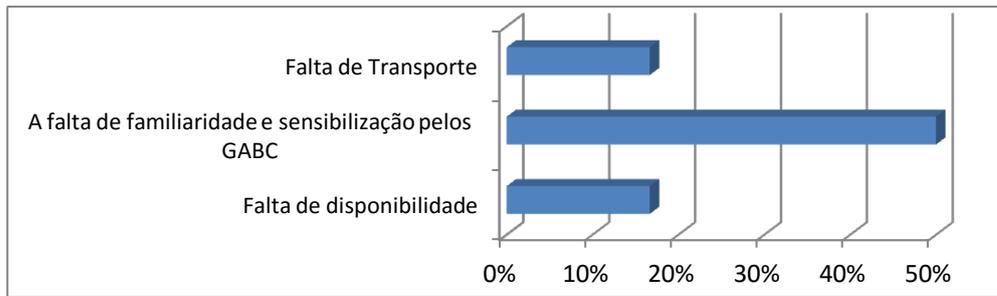


Figura 3.10 Barreiras na participação das famílias nos Playgroups (T1)

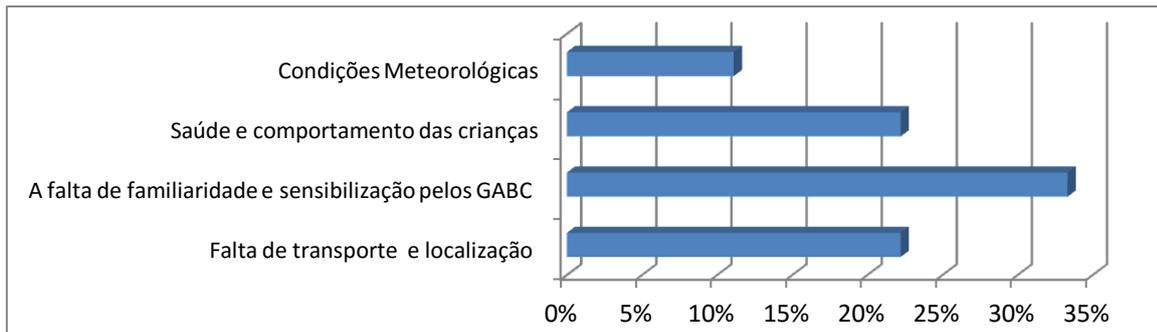


Figura 3.11 Barreiras na participação das famílias nos Playgroups (T2)

Capítulo IV - Discussão

A presente investigação pretendeu saber quais seriam as perceções dos cuidadores, do distrito de Lisboa, relativamente às dinâmicas e implementação do projeto-piloto Grupos Aprender, Brincar, Crescer ou, no original, *Playgroups for Inclusion*.

De acordo com a perceção dos cuidadores, foi possível constatar-se que estes quando se inscreveram nos GABC expectavam que estes grupos se apresentassem com características semelhantes às dos equipamentos de infância formal, ou seja, os cuidadores acreditavam que os GABC seriam um espaço com uma grande diversidade de materiais e equipamentos. Os cuidadores esperavam também que os GABC, fossem um espaço que permitisse às crianças realizarem diversas atividades de grupo e que estas fossem planeadas de forma estruturada e personalizada para a maior e melhor estimulação da criança. Estes aspetos mencionados pelos cuidadores participantes como sendo as expetativas assemelham-se em muito às expetativas de um cuidador em relação a qualquer equipamento formal de infância.

Desta forma, constata-se que os cuidadores revêm na figura dos monitores uma função de extrema importância nos GABC, na medida em que consideram importante poderem usufruir de um espaço em que se realizam atividades com as crianças de uma forma organizada e estruturada por técnicos e profissionais treinados para o efeito. Estes atribuem também aos monitores um papel de mediação, i.e., transferem para a figura do monitor a função de intervir nos relacionamentos estabelecidos entre todos os participantes (cuidadores e crianças), tornando-se assim imprescindível a sua capacidade de dedicação, esforço e profissionalismo nos GABC. Este fortalecimento de relações do grupo e a melhoria das interações entre as díades é atribuído na literatura ao papel desempenhado pelos monitores (Oke et al., 2007).

Constatou-se também que os cuidadores, tal como refere a literatura, reconhecem nos grupos a possibilidade de melhorar as interações da díade, na medida em que desenvolvem atividades em conjunto e adquirem aprendizagens, principalmente no que a novas atividades diz respeito, possibilitando a replicação das mesmas em contexto familiar e desta forma aumentarem e melhorarem as interações entre as mesmas. Os cuidadores referem ainda que reconhecem pelo seu envolvimento nos grupos, que adquiriram um maior conhecimento sobre

o desenvolvimento das crianças, assim como constatam claramente esse desenvolvimento físico, social e linguístico nas crianças.

Constata-se que os cuidadores participantes nos grupos focais, atribuem aos GABC a oportunidade de promoverem uma maior socialização entre os cuidadores, de forma a permitir que se sintam menos stressados, menos isolados socialmente e mais confiantes em si e nas suas competências parentais, na medida em que partilham dúvidas e angústias quer com os outros cuidadores quer com as monitoras. Os GABC permitem assim, transmitir aos cuidadores um maior sentimento de bem-estar, na medida em que o clima que se vive nas sessões, vai ao encontro de um ambiente de aceitação e confiança em que há tranquilidade, aceitação das diferenças e liberdade para decidir e escolher. Desta forma, os GABC apresentam-se como sendo mais do que um espaço de convívio entre cuidadores, pois facilitam o alargamento das redes sociais informais (de apoio) por parte dos cuidadores. Os cuidadores ao longo das sessões estabelecem entre si uma relação de amizade. Esta constatação é reforçada pela literatura, ou seja, dos diversos *playgroups* em funcionamento e das avaliações que têm vindo a ser realizadas sobre as mesmas no que concerne aos benefícios percebidos pelos cuidadores é referido por diversos autores (Oke et al., 2007; Johnston & Sullivan, 2004) o aumento das redes sociais, a diminuição dos estados de stress, a maior autoconfiança, a melhoria das relações de interação e as aprendizagens sobre o desenvolvimento da criança.

A literatura salienta também que a obtenção de maiores benefícios e vantagens quer para os cuidadores quer para as crianças estão estritamente relacionados com a participação regular nas sessões (Farrell et al., 2002; French, 2005; Johnston & Sullivan, 2004). Deste modo, é de referir que se constatou uma fraca adesão dos cuidadores aos GABC, não se tendo alcançado o número de participantes expectáveis por grupo. Esta fraca adesão, de acordo com a avaliação dos cuidadores estará relacionada com a ineficaz divulgação dos GABC, que dificultou por um lado a inscrição de cuidadores (autopropostos), por não terem conhecimento da implementação deste projeto-piloto e por outro o desconhecimento sobre os mesmos resultou numa desistência ou desinteresse por parte dos cuidadores em relação aos GABC. Esta pouca adesão e a fraca assiduidade nos grupos por parte dos cuidadores provocaram

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

também nos cuidadores mais frequentes nos grupos uma maior desmotivação e “desapego” ao grupo.

No que se refere aos espaços, os cuidadores dos GABC, na sua avaliação aos mesmos, apontam como limitação do projeto o facto de existirem espaços onde são desenvolvidas sessões que são pouco favoráveis à realização das mesmas, na medida em que necessitam diariamente de ser alterados de forma a poderem receber os participantes. Este aspeto é bastante referido pelos cuidadores, pois embora refiram que os espaços são apropriados para receber as crianças, referem também que estes são pouco coloridos e com poucos equipamentos e brinquedos. No entanto, tendo em consideração o que referimos anteriormente sobre as expectativas dos cuidadores sobre os GABC é expectável que a avaliação dos cuidadores em relação aos espaços reflita essa mesma ideia inicial.

A localização dos espaços dos GABC, apresentam-se também na perspetiva dos cuidadores como um obstáculo à participação nos mesmos, ou seja, estes atribuem como barreiras à sua assiduidade a localização dos espaços onde se realizam as sessões, devido à distância entre os espaços e as suas casas e a falta de transportes para chegar até aos mesmos. Da mesma forma, que os cuidadores atribuem como barreira à participação nos GABC a incompatibilidade dos horários de funcionamento destes, com as disponibilidades de horários dos cuidadores, uma vez que estes se desenvolvem em horários laborais. Entende-se contudo, que também existem crianças a frequentar os GABC, que não se encontram inseridas em equipamentos de infância por opção dos pais, preferindo que estes permaneçam em casa com eles ou aos cuidados dos avós, todavia os cuidadores manifestam o seu interesse em frequentar grupos, tal como os GABC, por serem grupos que se reúnem num horário reduzido, mas que permitem às crianças socializarem com outras crianças e outros adultos, bem como promover a autonomização das mesmas em relação ao cuidador, estimulando assim, as auto-aprendizagens e as aprendizagens em grupo (modelação).

É neste sentido que a literatura refere os fatores do programa que potenciam a importância dos *playgroups*, ou seja, mencionam que o êxito destes grupos está estritamente relacionado com o custo da participação nas sessões, o horário de funcionamento e o comportamento da equipa (Oke et al., 2007). Da mesma forma que a relação da assiduidade com a localização dos espaços e a dificuldade nas deslocações, mais concretamente dos

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

transportes, é corroborada pela literatura, que menciona estes fatores como sendo obstáculos propícios à falta de assiduidade dos cuidadores nos *playgroups* (Eddy, 2003; e Johnston & Sullivan, 2004).

Os cuidadores mencionam ainda na sua avaliação o facto da impossibilidade de as crianças poderem ser acompanhadas por ambos os pais nas sessões, pois atribuem aos GABC uma grande influência no desenvolvimento das interações entre a díade e mostram desagrado ao facto de estas não poderem ser expandidas ao outro cuidador. Os cuidadores avaliam ainda como uma limitação dos GABC a heterogeneidade de idade das crianças, pois impõe que haja necessidade de ter atividades muito diferenciadas e obriga a uma supervisão reforçada das crianças. Contudo, assumem que esta limitação apresenta algumas vantagens quer para as próprias crianças quer para os cuidadores, no sentido em que a heterogeneidade de idades possibilita que as crianças se adaptem e socializem com crianças de diferentes idades e conseqüentemente adquiram aprendizagens diferenciadas e mais competências, da mesma forma que para os cuidadores lhes possibilita comunicar com outros cuidadores que já adquiriram aprendizagens sobre determinada etapa da vida das crianças e desta forma podem pedir conselhos e tirar dúvidas sobre determinado aspeto do desenvolvimento da criança. Porém, a literatura e mais concretamente na própria definição dos *playgroups* é referido que estes diferenciam-se de outras respostas formais para a primeira infância pelo facto de as crianças poderem estar acompanhadas de um pai ou de um cuidador, i.e., nunca é referido na literatura a existência de mais do que um acompanhante da criança, pois a relação de interação que é trabalhada apresenta-se sempre em díade. (Oke et al., 2007).

Pelo exposto, e tendo em consideração as expectativas dos cuidadores participantes nos GABC é possível constatar que à exceção da diversidade de materiais e equipamentos, todos os outros aspetos expectáveis foram avaliados no T2 como sendo benefícios adquiridos ou aspetos positivos dos GABC identificados posteriormente, ou seja, as atividades grupais, as atividades com qualidade, as brincadeiras entre crianças e o ensinar a brincar foram considerados no T2 como adquirido ao longo da implementação dos GABC.

No que se refere à investigação realizada e aos GABC implementados em Portugal poderemos apontar como sendo inovador o facto de existirem supervisoras, por distrito, com formação em Educação de Infância a acompanharem regularmente os grupos e a trabalhar em

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

equipa com as monitoras de forma a estruturarem sessões com atividades criadas e planificadas de forma personalizada, i.e., as atividades realizadas em cada GABC é planeado em função de cada criança e de cada cuidador que participa no mesmo. Uma outra inovação desta investigação, prende-se com a questão da auto-avaliação dos cuidadores participantes do seu envolvimento no grupo e da sua avaliação dos GABC ao longo da sua implementação.

Por sua vez, poderão também ser apontadas algumas limitações ao estudo e as quais poderão ter justificações. No que se refere aos GABC, menciona-se o facto de se ter optado por uma escolha aleatória dos participantes dos GABC para integração nas duas fases de implementação do projeto (grupo de participação e grupo de controle), pois teve como consequência por um lado a desistência de alguns cuidadores pelo facto de se terem inscrito em grupo e por outro pelo facto da desistência de outros cuidadores resultar na existência de poucas díades nos grupos. Quanto à metodologia de recolha de dados por qual se optou, os grupos focalizados, é necessário referir que segundo a literatura, estes não podem ser considerados como uma amostra representativa (Auditoria, 2014), na medida em que, o que se pretendeu primordialmente era conhecer em maior profundidade a opinião e a avaliação dos cuidadores participantes. Constatou-se também na aplicação desta técnica que houve uma fraca adesão dos participantes à mesma, principalmente no T1 e que poderá estar associada ao período em que estes ocorreram, ou seja, em janeiro de 2016 após datas festivas que levou a que vários cuidadores participantes estivessem fora do seu contexto habitual. É ainda importante referir como limitação na aplicação desta técnica o facto de ter sido aplicada nos dias, horários e espaços onde decorriam as sessões dos GABC, o que resultou em perturbações durante a aplicação da mesma, como por exemplo a existência de crianças a solicitarem a atenção dos cuidadores, ruído devido ao existência de atividades a decorrer, bem como a permanência das monitoras no mesmo espaço onde estariam a decorrer os grupos focais.

Quanto a investigações futuras propõe-se a realização de um estudo de comparação entre cuidadores participantes auto-propostos e cuidadores participantes encaminhados por parceiros de forma a perceber se esta diferenciação de conhecimento dos GABC poderão influenciar os resultados.

REFERÊNCIAS

- Altman, D. G. (1999). *Practical statistics for medical research*. New York: NY: Chapman & Hall/CRC Press.
- Amado, J. d. (Novembro de 2000). A Técnica de Análise de Conteúdo. *Referência*, pp. 53-63.
- Auditoria, G. d. (2014). *Guia de Avaliação*. Lisboa: Gabinete de Avaliação e Auditoria Camões, Instituto da Cooperação e da Língua Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Berg, B. L., & Lune, H. (2012). *Qualitative research methods for the social sciences*. Boston: Pearson.
- Bertram, T., & Pascal, C. (2009). *Manual DQP - Desenvolvendo a Qualidade em Parceria*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Bertram, T., & Pascal, C. (2009). *Manual DQP - Desenvolvendo a Qualidade em Parceria*. Lisboa: Ministério da Educação - Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- CAD/OCDE. (1999). *Guidance for Evaluating Humanitarian Assistance in Complex Emergencies*. Paris.
- Coutinho, C. (abril de 2008). A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: Questões relativas à fidelidade e validade. *Issues of validity and reliability in qualitative research*, pp. 5-13.
- Dadich, A., & Spooner, C. (1 de Junho de 2008). Evaluating playgroups: An examination of issues and options. *The Australian Community Psychologist*, 20, pp. 95-104.
- Eddy, M. G. (2003). *Caravan Pasks Pilot Family Crisis Child Care Program*. Newcastle: Family Action Centre.
- Educação, D. G. (05 de 10 de 2016). *DGE*. Obtido de DGE: <http://www.dge.mec.pt/enquadramento>
- Farrell, A., Tayler, C., & Tennent, L. (2002). Early childhood services: What can children tell us? *Australian Journal of Early Childhood*, 27, pp. 13-17.
- Ferreira, P. (1997). Delinquência juvenil, família e escola. *Análise Social*, pp. 913-924.
- French, G. (2005). *Valuing community playgroups: Lessons for practice and policy: Community Playgroup initiative 2001-2004*. Dublin: Katharine Howard Foundation.
- Gomes, C., & Santos, M. O. (2012). Textos de Apoio sobre a Avaliação. (pp. 18-20). Évora: s/e.
- Guerra, I. C. (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção- O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Príncipia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipia Editora.
- Hoshi-Watanabe, M., Musatti, T., Rayna, S., & Vandenbroeck, M. (2015). Origins and rationale of centres for parents and young children together. *Child and Family SocialWork*, pp. 62-71.

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

- Johnston, L., & Sullivan, K. (2004). *Evaluation of UnitingCare Burnside's Orana Supported Playgroups Program*. Orana: UnitingCare Burnside.
- Leal, M. (Setembro/Dezembro de 2013). A primeira infância aos olhos da União Europeia. *Cadernos de Educadores de Infância*, pp. 9-11.
- Matthews, J., Kendall, T., & Plowman, K. (2009). *Playgroup research agenda*. Melbourne, Australia: Parenting Research Centre.
- Miguéns, M. (2016). *Estado da Educação 2015*. Lisboa: Concelho Nacional de Educação.
- Milne, J. C., Schofield, J. K., Delaney, J. M., Hart, J. K., Merlene, J. M., Yorkston, E., & Jacobson, C. (2008). *Evaluation of the Playgroup Program*. Austrália: ARTD Pty Ltd.
- Oke, J. N., Stanley, J., & Theobald, J. (2007). *The inclusive role of playgroups in Greater Dandenong*. Austrália: Brotherhood of St Laurence.
- Plowman, K. (2006). *Supported playgroup manual*. Melbourne.: Playgroup Victoria.
- Rodriguez, E. T., Tamis-LeMonda, C. S., Spellmann, M. E., Pan, B. A., Raikes, H., Lugo-Gil, J., & Luze, G. (2009). The formative role of home literacy experiences across the first three years of life in children from low-income families. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 30, pp. 677–694.
- Silva, I. L., Marques, L., Mata, L., & Rosa, M. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Direção Geral de Educação.
- Silva, I., Veloso, A. L., & Keating, J. B. (2014). Focus group: Considerações Teóricas e Metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*.
- Sneddon, J., & Haynes, K. (2003). *Early Intervention Parenting Project: Improving access to playgroups for all families project*. Melbourne: Royal Children's Hospital: Centre for Community Child Health.
- Social, S. (05 de 10 de 2016). *Segurança Social*. Obtido de Segurança Social: <http://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens>
- Stewart, D. W., Shamdasani, P. N., & Rook, D. W. (2007). *Focus group: Theory and practice*. Calofornia: Thousand Oaks.
- UNICEF. (2008). A transição dos cuidados na Infância. *Innocenti Report Card*, 8, 3-31.
- Vala, J. (Maio de 2003). A Análise de Conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Cascais: Afrontamento.
- Werthein, J., Braslavsky, C., Tedesco, J., Ouane, A., & Cunha, C. d. (2005). *Políticas para a primeira Infância: notas sobre experiências internacionais*. Brasília: UNESCO.
- Williams, K., Berthelsen, D., Nicholson, J., & Viviani, M. (2015). *Systematic literature review: Research on Supported Playgroups*. Austrália: Queensland University of Technology.

Anexo A - Consentimento Informado para Cuidadores



AUTORIZAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

Eu, mãe/pai/outra cuidador (circular o adequado), enquanto representante legal da criança declaro que tive conhecimento dos objetivos e procedimentos desta fase do Estudo dos Grupos Aprender, Brincar, Crescer e que desejo participar e autorizo a criança referida a participar no estudo inserido no projeto "Grupos Aprender, Brincar, Crescer".

Assinatura _____ Data _____

BI: _____

AUTORIZAÇÃO DO CUIDADOR (caso não seja o representante legal)

Eu,, enquanto cuidador da criança declaro que tive conhecimento dos objetivos e procedimentos do Estudo dos Grupos Aprender, Brincar, Crescer e que desejo participar no estudo inserido no projeto "Grupos Aprender, Brincar, Crescer".

Assinatura _____ Data _____

BI: _____

Todos os participantes – incluindo os monitores - poderão ter acesso aos vídeos em que participam. O acesso aos vídeos será feito de forma presencial e supervisionada na seguinte morada: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Largo D. Dinis (Antiga Farmácia Ex-HUC), Gabinete 2.11, Coimbra, Portugal.

Tirando esta exceção, não se prevê que as famílias e os monitores possam ter acesso aos vídeos ou outros dados, nomeadamente os recolhidos junto dos outros GABC. As gravações vídeo serão revistas e analisadas apenas pela equipa de investigação, e por assistentes de investigação treinados para este fim. Os restantes dados obtidos durante a monitorização serão apenas acedidos pelos investigadores envolvidos no estudo, sendo os resultados a publicar ou divulgar em formato grupal e sempre anónimos e confidenciais.

No caso de dúvidas ou perguntas acerca de algum aspeto deste estudo, pode comunicar diretamente com as coordenadoras da equipa de avaliação através destes contactos:

M. Clara Barata (FPCE-UC): mclarabarata@fpce.uc.pt; 239 247 413.
Joana Alexandre (ISCTE-IUL): joana.alexandre@iscte.pt; 210 464 017.
Vanessa Russo (ISCTE-IUL): vsfcc@iscte.pt

Anexo B -Guião do Grupo Focal T1



FOCUS GROUP INICIAL PARA CUIDADORES

Guião de entrevista (*focus-group*) semi-estruturada para pais/cuidadores -

Bom dia,

Bem vindos/as e muito obrigada por terem vindo a esta reunião. O meu nome é (...) e esta reunião faz parte do estudo que envolve o projeto piloto dos Grupos Aprender, Brincar, Crescer. Pretendemos perceber como os pais/cuidadores e as crianças estão a viver esta experiência. Por outro lado, também queremos perceber quais as expectativas que os pais/cuidadores têm acerca do que vai acontecer nos GABC.

O nosso papel é ouvir as vossas opiniões sobre as questões que vos iremos colocar e guiar o grupo nas suas interações. Portanto, não sintam que têm que responder apenas a nós. Sintam-se à vontade para dizerem se concordam ou não com a perspetiva da outra pessoa e dialogarem uns/umas com os/as outros/as.

É muito importante que saibam que não há respostas certas ou erradas, e que a vossa honestidade é o mais importante, mesmo que não vá ao encontro da opinião dos/as outros/as. Esta reunião é gravada porque não queremos perder nada do que disserem. Os dados são confidenciais.

(as questões não têm ordem definida)

1	Como tiveram conhecimento dos GABC?
2	Porque decidiram participar no GABC?
3	Digam-nos 1 ou 2 coisas que acham que aprenderam aqui.
4	Na vossa opinião, qual o ambiente que se vive aqui nos GABC?
5	Como reagem às propostas de atividades feitas pelas monitoras?
6	Que papéis desempenham nas atividades que são feitas aqui?
7	Vinham com alguma ideia do que ia acontecer aqui?
8	Consideram que as monitoras vão ao encontro das vossas expectativas/do que estavam a espera que acontecesse? (como assim?/em que medida?)
9	Acham que os GABC têm trazido mudanças? Quais? (nas crianças, adultos)
10	O que há de mais positivo no GABC?
11	O que há de menos positivo no GABC?
12	O que pode acontecer para fazer com que as famílias venham ao GABC?
13	O que acham deste espaço? O que gostam mais? O que mudariam?

Anexo C - Guião do Grupo Focal T2



FOCUS GROUP INICIAL PARA CUIDADORES

Guião de entrevista (focus-group) semi-estruturada para pais/cuidadores -

Bom dia,

O meu nome é (...), venho do ISCTE, e faço parte da equipa do estudo que envolve o projeto piloto dos Grupos Aprender, Brincar, Crescer. Estamos aqui porque queremos perceber como os pais/cuidadores e as crianças estão a viver esta experiência. Portanto, temos aqui algumas perguntinhas para vos fazer que vão demorar cerca de 15 minutos. O nosso papel é ouvir as vossas opiniões sobre as questões que vos iremos colocar e guiar o grupo nas suas interações. Portanto, não sintam que têm que responder apenas a nós. Sintam-se à vontade para dizerem se concordam ou não com a perspetiva da outra pessoa e dialogarem uns/umas com os/as outros/as.

É muito importante que saibam que não há respostas certas ou erradas, e que a vossa honestidade é o mais importante, mesmo que não vá ao encontro da opinião dos/as outros/as. Esta reunião é gravada porque não queremos perder nada do que disserem. Os dados são confidenciais.

Então, antes de mais gostaria de pedir que se apresentassem, dizendo o vosso nome, o tipo de relação que têm com a criança que trazem convosco (mãe, avó, tia) e há mais ou menos quanto tempo frequentam o gabc.

(as questões não têm ordem definida)

1	Que palavras vos vem à cabeça quando pensam nos GABC?
2	De uma forma geral, o que estão a achar dos GABC?
3	Digam-nos 1 ou 2 coisas que acham que aprenderam aqui.
4	Na vossa opinião, como é o ambiente que se vive aqui nos GABC?
5	Como reagem às propostas de atividades feitas pelas monitoras?
6	Que papéis desempenham nas atividades que são feitas aqui?
7	Consideram que as monitoras vão ao encontro das vossas expectativas/do que estavam a espera que acontecesse? (em que medida?)
8	Acham que os GABC têm trazido mudanças? Quais? (nas crianças, adultos)
9	O que há de mais positivo no GABC?
10	O que há de menos positivo no GABC?
11	O que tem de acontecer para fazer com que as famílias que têm faltado venham ao GABC?
12	O que acham deste espaço? O que gostam mais? O que mudariam?

Anexo D - Folha de Notas T1



FOLHA DE NOTAS - FOCUS GROUP COM CUIDADORES

ENTREVISTA INICIAL

Nome do Grupo:			
Região:			
Nome do Espaço			
Entrevista n.º	Data:		
Nº de cuidadores presentes	Nº cuidadores ausentes:		
Nome monitor 1			
Nome monitor 2			
Nº de sessões efetuadas			
Avaliador 1			
Avaliador 2			

Código cuidador	Presença



FOCUS GROUP - CUIDADORES

Data: _____ Distrito _____ ID Grupo: _____ ID Monitor 1: _____ ID Monitor 2: _____ BD _____

FOLHA DE NOTAS - Focus Group com cuidadores

Conhecimento dos GABC (questão 1)		Observações: - Uma das cuidadoras é avó da criança
Finalidade e objetivo (questão 2)		Observações:
Experiência de aprendizagem (questão 3)		Observações:
Relações e interações (questão 4)		Observações:
Participação dos Cuidadores (questão 5)		Observações:
Estratégias de ensino e aprendizagem (questão 6)		Observações:
Expectativas (questão 7)		
Pessoal (questão 8)		
Benefícios dos GABC (questão 9)		
Aspetos positivos e negativos dos GABC (questão 10 e 11)		Observações:
Custos/Barreiras na participação nos GABC (questão 12)		Observações:
Espaço (questão 13)		Observações:

Anexo E - Dicionário de Categorias

Categoria	Subcategoria	Subcategoria	Descrição	Frases caracterizantes
Clima		Ambiente Divertido	Ambiente divertido, bem-disposto, alegre, de festa	“É um ambiente bem-disposto”
		Clima de aceitação e confiança	Ambiente acolhedor, tranquilo, de aceitação das diferenças, de liberdade, onde crianças e cuidadores se sentem à vontade. Ambiente familiar e flexível.	“Relaxante, as pessoas convivem, falam... falamos de tudo.”
Participação dos Cuidadores		Participação Ativa	Cuidadores participam ativamente nas atividades, ajudando na preparação e interagindo com as crianças e fazendo propostas.	“Propusemos atividades, que nós próprias tivemos de organizar”
		Observação	Os cuidadores maioritariamente observam as crianças nas atividades ou as monitoras a interagir com as crianças. Orientam as crianças na brincadeira e dão espaço à criança para esta brincar primeiro sozinha e depois com ajuda do cuidador	“Elas há vezes chamam... por exemplo no caso da L. eu tento que ela faça o máximo sozinha para não estar muito apegada a mim (...)”
		Participação Passiva	Cuidadores não participam, ou porque têm dificuldade em aderir (ex: idade) às atividades ou não aderem por escolha própria. Sentem-se envergonhados, bloqueiam, acham que não têm jeito	“Eu é mais difícil por causa da idade, mas estou sempre a fazer as coisas com ele.”
		Modelagem cuidador-Criança	Cuidadores mostram e explicam à criança como fazer alguma atividade.	" (...) mas muitas vezes ela vem-me chamar ou depois há determinadas atividades que eu acho giro estar a fazer com ela, para ela ver os exemplos porque pode não estar a perceber bem o que é suposto fazer. Mas ela depois a ver repete. Há outras vezes que ela não liga muito e eu tenho de a chamar para ver se ela faz mais a

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

				atividade."
Custos e Barreiras na participação nos GABC		Falta de transporte e localização	Dificuldade de Deslocação; falta de transporte	“ Acho que também pode ser por ser longe. Poderia ser como há s vezes fazemos que é ir mudando de espaço.”
		A falta de familiaridade e sensibilização pelos playgroups	Famílias não conhecerem o projeto. Má/ reduzida divulgação, falta de interesse	“Eu acho que isso tem a ver com falta de interesse porque quando começam neste sentimento de partilha, as pessoas têm mesmo necessidade de vir. Se isso não acontece... talvez porque esse trabalho de grupo que não foi bem conseguido.”
		Saúde e comportamento das crianças	Aspetos relacionados com a saúde das crianças (doença) ou comportamentos (rotinas de sono, birras).	“Acho que depende dos motivos de cada família. Uns é porque as crianças ficam doentes (...)"
		Condições Meteorológicas	Mau Tempo; chuva	" (...) outras é porque está mau tempo. Eu não me lembro de alguma vez ter ouvido alguém dizer que não vinha porque não gostava.”
Características do espaço	Positivas	Existência de espaço exterior	O espaço permite utilizar o espaço no exterior para fazer atividades	“Mas aqui temos este espaço no exterior e lá não temos.”

Avaliação da implementação dos GABC na perspectiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

		Espaço estimulante	Espaço com muito para explorar	“Esta por exemplo, o E. está sempre ali e a F. agora também...já a semana passada estavam. Talvez se aquilo não existisse eles estariam a explorar outra atividade”
		Espaço apropriado	Vários espaços internos; com diversidade de materiais/equipamentos, limpo. Dimensão adequada	“Sim, acho que tem boas condições.”
		Especificidade do Espaço	Existência de muitos livros	“Tem os livros, isso é bom”
	Negativas	Temperatura	Muito quente ou muito frio; húmidas	“Esta sala é um pouco húmida”
		Falta de equipamentos	Espaços com poucos equipamentos e/ou cor	“É bom, mas poderia ter mais brinquedos. É um espaço “frio””
		Dimensão	Espaço Pequeno	“A sala de quinta-feira que é muito muito pequenina.”
		Inseguro	Partes do espaço não são seguros, necessidade de serem tapados pelas monitoras	“Ah mas eles estão a explorar aquilo... mas há locais que são perigosos”
		Partilha de espaço	Espaços que necessitam ser modificados em todas as sessões	“E depois o facto de elas quando nós sairmos terem de pôr tudo no sítio e depois na quinta-feira têm de pôr tudo outra vez”
	Caraterísticas das monitoras	Competências Profissionais	Monitoras são profissionais, esforçadas.	“Têm de programar as atividades todas... já têm o calendário.”
		Competências Relacionais	Monitoras são atenciosas, dedicadas, fofinhas, carinhosas, etc	“Elas já nos conhecem porque às vezes

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

				já nos perguntam se está tudo bem, quando aparecemos com uma cara diferente...”
Benefícios		Desenvolvimento da Criança	Cuidadores referem que as crianças estão mais desenvolvidas, quer em termos de autonomia, desenvolvimento da linguagem, motor, social, criatividade, exploração, etc	“A L. já faz conversas, já faz 2 frases. Agora já responde”
		Cuidadores aprendem novas atividades com as crianças	Cuidadores repetem as brincadeiras que aprendem nas sessões em casa	“Eu o que aprendi mais foram atividades.”
		Melhoria do bem-estar e redução do stress dos cuidadores	Cuidadores referem que se sentem bem e estão mais tranquilos desde que frequentam os GABC. Os cuidadores divertem-se quando estão nas sessões	“Eu tenho sempre vontade de vir. Acho que as pessoas têm cada vez mais”
		Diminuição do isolamento social nos cuidadores	Cuidadores referem que convivem mais com outras pessoas	“É as crianças poderem interagir com outras, se não estavam em casa.”
		Qualidade das interações_ relações	Relação cuidador criança, cuidador-cuidador, cuidador monitor.	“Pois, nós aqui falamos e tiramos dúvidas umas com as outras. Ajudamo-nos umas às outras porque há vezes a outra mãe já passou por aquela situação e consegue ajudar. A nossa descontração é tanta que há vezes chegamos e dizemos “
		Compreender e aceitar a diversidade	Compreender e aceitar a diversidade étnica, religiosa, cultural das crianças e cuidadores	
Avaliação Geral	Avaliação positiva	Brincar	Brincar envolve todas as atividades que são realizadas com as crianças tais como experiências sensoriais, exploração e experimentação, histórias, jogos, musicas, brincadeiras no exterior	“Atividades também são as pinturas e a brincadeira.”

Avaliação da implementação dos GABC na perspectiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

	Ambiente de bem estar e segurança	Cuidadores e crianças sentem-se bem no grupo. Falam do GABC fora das sessões. Os GABC permitem que os cuidadores de sintam descontraídos. Crianças querem ficar a brincar e não querem ir embora.	“Mas os meninos também perguntam uns pelos outros.”
	Existência de Monitores	Os cuidadores pedem conselhos aos monitores, sobre atividades, comportamentos, situações com as crianças. Os cuidadores veem vantagem em existirem 2 monitoras no grupo.	“As monitoras têm um papel importante, uma abertura.... porque eu acho que nós temos de fazer aquilo que queremos fazer e então... por exemplo se umas querem ir à piscina então junta-se aquele grupo e vão. Acho que tem de haver esta abertura, é muito importante o papel das monitoras. Têm um papel muito grande.”
	Localização	Proximidade da área de residência do GABC	“Sim, estar perto da nossa área de residência é um ponto positivo.”
	Possibilidade de socialização	Entre crianças, entre adultos, entre adultos e crianças, entre adultos/crianças e monitores	“A interação entre as crianças e a partilha entre nós.”
	Dinâmica e estrutura dos GABCs	Remete para aspetos ligados à estruturação das sessões ou à sua dinâmica, as atividades que são realizadas durante as sessões, que proporcionam aprendizagens ou a estimulação.	“A mim é a organização que me atrai. Elas têm que entregar calendarizações por mês de antecedência e ao início não tinham”
	Espaço interior	Várias questões relacionadas com o espaço. Espaço é frio, não tem luz natural, reduzida dimensão do espaço.	“O espaço”

Avaliação da implementação dos GABC na perspetiva dos cuidadores do distrito de Lisboa

Avaliação negativa	Dinâmica e estrutura dos GABC	Aspetos relacionados com o planeamento e estrutura dos GABCs, Por exemplo, cuidadores acham que os GABC têm pouco tempo, quer seja em termos de frequência como em horas por sessão. Aspetos negativos que têm a ver com tipo de atividade - como a segurança das atividades, atividades que podem sujar as crianças; poucas atividades no exterior	“Eu pessoalmente gostaria que fossem mais dias...3 dias era o ideal”
	Localização e Transportes	Local onde decorrem os GABC e transportes que necessitam para chegar ao grupo	“Sim, a deslocação ... é longe.”
	Limitação do n.º de cuidadores por criança	Não haver possibilidade de participar mais do que 1 cuidador por criança	“O que eu acho menos positivo é que às vezes poderiam dar a oportunidade do outro cuidador poder participar às vezes em algumas atividades. Porque às vezes mesmo quando são atividades no exterior, às vezes dá jeito ir mais um cuidador a acompanhar. É só assim o único ponto que vejo menos positivo.”
	Não exploração dos espaços do exterior	Nas atividades no exterior, estes são pouco explorados	